



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**IDELZULENE PEREIRA BARROS DA SILVA**

**PROGRAMA APRENDER MAIS: UMA ANÁLISE AVALIATIVA DA  
CONTRIBUIÇÃO NA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS DOS ANOS  
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**FORTALEZA**

**2024**

IDELZULENE PEREIRA BARROS DA SILVA

PROGRAMA APRENDER MAIS: UMA ANÁLISE AVALIATIVA DA CONTRIBUIÇÃO  
NA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Área de concentração: Políticas públicas e mudanças sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S58p Silva, Idelzulene Pereira Barros da.  
Programa Aprender Mais : uma análise da contribuição na melhoria da aprendizagem de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental / Idelzulene Pereira Barros da Silva. – 2024.  
106 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Profa. Dra. Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra .
1. Políticas públicas. 2. Políticas educacionais. 3. Programa Aprender Mais.. I. Título.

CDD 378

---

IDELZULENE PEREIRA BARROS DA SILVA

PROGRAMA APRENDER MAIS: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO NA  
MELHORIA DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Área de concentração: Políticas públicas e mudanças sociais.

Aprovada em: 28/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Lidiane Moura Lopes (Avaliadora interna)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Ana Paula de Medeiros Ribeiro (Avaliadora externa)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus amado, obrigada pelas bênçãos infinitas, pelos muitos anjos que mandaste ao meu socorro, obrigada pelas promessas cumpridas, pela tua presença em minha vida. Te rendo louvores, Senhor.

Aos meus pais Clodomir de Lima Barros e Idelzuite Pereira Barros (*in memoriam*) que me ensinaram sobre humildade, determinação e respeito, valores que me trouxeram até aqui.

A minha tia Nair Barros (*in memoriam*) a melhor tia e professora do mundo.

Ao meu esposo, Rogério Gomes da Silva, companheiro de todos os momentos que me incentiva diariamente a realizar sonhos, sua bondade e caráter me inspiram.

Ao meu querido filho Gabriel, minha descendência, amor infinito.

As minhas sobrinhas Sofia e Maria Clara, exemplos de determinação e de vida.

A minha orientadora Dra Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra, gratidão pelo incentivo, apoio, pelas contribuições valorosas, por acreditar nessa pesquisa e por tentar fazer dessa trajetória algo leve e prazeroso.

A Dra Ana Paula de Medeiros Ribeiro obrigada por fazer parte da banca e por sua rica contribuição neste processo avaliativo.

A Dra Lidiane Moura Lopes, obrigada pelo aceite em participar desta avaliação, sua colaboração será de grande contribuição.

A Dra Maria Nazaré Morais Soares professora desse curso que muito contribuiu com suas observações no momento da qualificação desta pesquisa.

As amigas, Graça Nunes, Rose Rodrigues e Flavianne Barreto, amigos que levarei para toda a vida, muito obrigada por fazer parte dessa conquista.

Aos monitores e professores que participaram da pesquisa, gratidão pela colaboração de cada um.

As minhas queridas amigas de trabalho, Ana Ingrid, Mariana Rocha, Raimundinda Rodrigues, Regina Fernandes, Louise Santana e Marliete Menezes. que me deram apoio nessa caminhada. Muito obrigada.

A todos os professores, funcionários e alunos da escola José Carlos Matos é um prazer trabalhar para vocês.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), agradeço pelo apoio na realização desse curso.

Enfim agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização dessa pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa objetiva avaliar aspectos do programa Aprender Mais do município de Fortaleza que tem como objetivo o fortalecimento da aprendizagem de todos os estudantes em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental em substituição ao Programa Federal Mais Educação apresentando as mesmas finalidades, de reforço escolar numa perspectiva de tempo integral. Especificamente a pesquisa terá como foco as turmas de 1º e 2º anos de uma unidade escolar de Fortaleza. Para desenvolver esta pesquisa levanta-se a seguinte questão: Qual a contribuição do Programa Aprender Mais para melhoria da qualidade e fortalecimento do ensino? A partir disso o objetivo geral é avaliar a contribuição do Programa Aprender Mais na melhoria da aprendizagem de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola da rede pública de Fortaleza. Ampara-se nas áreas de políticas públicas educacionais com destaque para as séries iniciais, sendo assim uma pesquisa multidisciplinar. Metodologicamente se caracteriza como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e exploratória, quanto aos objetivos, estes foram operacionalizados com uma coleta de dados por meio de um questionário com dezesseis perguntas fechadas e abertas com os monitores e professores das turmas mencionadas. Os resultados apontam que o Programa apresenta-se como uma grande ferramenta de contribuição para a qualidade do ensino, no entanto é necessário maior interesse dos participantes em manter sua vitalidade. Conclui-se que esta pesquisa é importante na medida em que possa trazer uma análise crítica para possíveis modificações e alterações nas políticas educacionais do Ceará.

**Palavras-chave:** políticas públicas; políticas educacionais; Programa Aprender Mais.

## ABSTRACT

This research aims to investigate aspects of the Aprender Mais program in the city of Fortaleza, which aims to strengthen the learning of all students in Portuguese and mathematics in elementary school, replacing the Federal Mais Educação Program, presenting the same purposes, of school reinforcement from a perspective full-time. Specifically, the research will focus on the 1st and 2nd year classes of a school unit in Fortaleza. To develop this research, the following question is raised: what is the contribution of the Learn More Program to improving the quality and strengthening of teaching? From this, the general objective is to analyze the Learn More Program and the pedagogical practices presupposed in its constitution from a teaching perspective. It is based on the areas of public educational policies with emphasis on the initial grades of education, thus being a multidisciplinary research. Methodologically, it is characterized as an applied research, with a qualitative and descriptive approach, regarding the objectives, these will be operationalized with data collection through a questionnaire with fifteen closed and open questions with the monitors and teachers of the mentioned classes. The results indicate that the Program presents itself as a great tool for contributing to the quality of teaching, however greater interest is needed from participants in maintaining its vitality. It is concluded that this research is important as it can bring a critical analysis to possible modifications and changes in educational policies in Ceará.

**Keywords:** public policy; educational policies; Learn More Program.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os pilares do sucesso educacional em Sobral.....	41
Figura 2 - As condições de sucesso na educação do Ceará.....	41
Figura 3 - Mapa SPAECE 2008 – Padrões de proficiência–5º ano–Matemática - Rede Municipal.....	46
Figura 4 - Mapa SPAECE (2008–2019) – Padrões de Proficiência – 9º ano – Rede Municipal.....	46

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nível de autonomia dos diretores escolares.....	36
---	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	-	Programas criado no governo Lula.....	30
Quadro 2	-	Metas do Programa Todos Pela Educação.....	31
Quadro 3	-	Comparativo do IDEB de cidades brasileiras de diferentes regiões (2005-2009). ....	39
Quadro 4	-	Escala de interpretação pedagógica do Spaece Alfa... ..	44
Quadro 5	-	Atividade do voluntariado Aprender Mais... ..	48
Quadro 6	-	Proposta de rotina da modalidade Aprender Mais Escola... ..	54
Quadro 7	-	Dimensões de estilo de aprendizagem.....	59
Quadro 8	-	Processos da pesquisa... ..	66
Quadro 9	-	Composição da amostra de participantes da pesquisa... ..	67
Quadro 10	-	Categoria de análise por unidade de registro.....	71
Quadro 11	-	Perfil do Monitor Voluntário... ..	72
Quadro 12	-	Perfil do Professor.....	73
Quadro 13	-	Categoria de análise por unidade de registro.....	75
Quadro 14	-	Categoria de análise por unidade de registro.....	78
Quadro 15	-	Categoria de análise por unidade de registro.....	81

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Norma Brasileira Regulamentar
DOU	Diário Oficial da União
DCRC	Documento Curricular Referencial do Ceará
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EMJCM	Escola Municipal José Carlos Matos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MDE	Manutenção e Desenvolvimento de Ensino
MEC	Ministério da Educação e Cultura

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAIC	Programa Alfabetização na Idade Certa
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudante
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
RLI	Receita Líquida de Imposto
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SME	Sistema Municipal de Educação
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNDIME-CE	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>ABORDAGEM CONCEITUAL DA POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1</b>	<b>Dos jesuítas aos grupos escolares: a construção da educação.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>As políticas educacionais do século XX.....</b>	<b>24</b>
<b>2.3</b>	<b>As principais políticas públicas educacionais do século XXI.....</b>	<b>27</b>
<b>3</b>	<b>PROGRAMAS DE INCENTIVO PARA QUALIDADE DE ENSINO.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1</b>	<b>A contribuição do financiamento para a qualidade do ensino no Brasil.....</b>	<b>35</b>
<b>3.2</b>	<b>Qualidade do ensino: o exemplo do Ceará.....</b>	<b>39</b>
<b>3.3</b>	<b>Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC).....</b>	<b>42</b>
<b>4</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA APRENDER MAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>4.1</b>	<b>Sobre o edital de seleção para monitores.....</b>	<b>51</b>
<b>4.1.1</b>	<b><i>Checklist de documentos para inscrição.....</i></b>	<b>51</b>
<b>4.2</b>	<b>A confluência com o ensino.....</b>	<b>52</b>
<b>4.3</b>	<b>Confluência com a aprendizagem.....</b>	<b>56</b>
<b>4.3.1</b>	<b><i>Concepção de aprendizagem.....</i></b>	<b>58</b>
<b>4.4</b>	<b>Práticas pedagógicas.....</b>	<b>60</b>
<b>5</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>64</b>
<b>5.1</b>	<b>Característica da pesquisa.....</b>	<b>64</b>
<b>5.2</b>	<b>Definição do universo e seleção de amostra.....</b>	<b>66</b>

<b>5.3</b>	<b>Coleta de dados.....</b>	<b>68</b>
<b>5.4</b>	<b>Análise de dados.....</b>	<b>68</b>
<b>6</b>	<b>PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA.....</b>	<b>71</b>
<b>6.1</b>	<b>Formação acadêmica e profissional do mediador.....</b>	<b>71</b>
<b>6.2</b>	<b>Prática pedagógica: planejamento e orientação da escola.....</b>	<b>75</b>
<b>6.3</b>	<b>Contribuições do Programa Aprender Mais na leitura e escrita das turmas do 1 e 2 ano.....</b>	<b>78</b>
<b>6.4</b>	<b>Análise da política pública Aprender Mais.....</b>	<b>81</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>86</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>90</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>97</b>
	<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO COM OS PROFESSORES.....</b>	<b>98</b>
	<b>APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO COM OS MONITORES.....</b>	<b>101</b>
	<b>ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICA.....</b>	<b>104</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Aprender Mais é um dos eixos da política de educação de tempo integral de Fortaleza que atende alunos em escolas e outras instituições da rede com foco na aprendizagem e na perspectiva de ensino integral. Essa pesquisa tem como proposta avaliar a contribuição da aprendizagem nas turmas de 1º e 2º anos de alunos que frequentam o contraturno no Programa Aprender Mais em uma Escola de Fortaleza no aspecto letramento. Se insere no tema de avaliação de políticas públicas de educação

A educação é um direito fundamental instituído no artigo 6º da constituição brasileira de 1988 e visa o desenvolvimento integral da pessoa, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), documento que norteia os currículos dos sistemas e redes de ensino de todo Brasil, traz como maior objetivo promover a qualidade e equidade na educação, garantindo que todos os estudantes tenham os mesmos direitos de aprendizagem independente de aspecto socioeconômico, cultural e do ambiente de onde estuda, dependendo do contexto o local que o aluno está inserido determina a qualidade da educação se fazendo necessário uma política pública que atenda essa carência.

Secchi (2014) define política pública como uma diretriz para a resolução de um problema público, ou seja, é preciso ter uma demanda para a política ser implantada e que ela seja eficiente, devendo estar concentrada em garantir o maior retorno possível à sociedade. É importante enfatizar que nem toda ação de ajuda do governo é política pública, Costa (2015) argumenta que o Estado é o ator principal dessa política, tornando-se um agente transformador em todas as dimensões, como da cultura, da educação, sociedade, entre outros.

Peters (*apud* Souza, 2006, p. 24) afirma que “política pública é a soma das atividades dos governos que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam na vida dos cidadãos”. Souza (2006, p. 25) acredita que “as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”.

No que diz respeito a Políticas Educacionais, Oliveira (2010) aborda que política educacional é tudo que o governo faz ou deixa de fazer na educação, é um conceito amplo. Entende-se que para o autor há uma responsabilidade do governo

de estar atento às demandas e necessidades do setor educacional, já que esse responde pelo deixar de fazer, que pode envolver falta de recursos nas políticas públicas que atenda a um público específico ou outras demandas relacionadas à educação.

O programa Aprender Mais é uma política pública educacional do município de Fortaleza que visa o fortalecimento da aprendizagem de todos os estudantes em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. O programa ainda visa a formação integral dos estudantes a partir da ampliação da jornada escolar de quatro horas para sete horas, buscando a melhoria da aprendizagem, como também reduzir a reprovação, o abandono e a distorção idade/série.

O programa Aprender Mais surgiu a partir do Programa Mais Educação criado pelo governo Federal nos anos de 2008 a 2017, implantado em escolas públicas do ensino fundamental, que estivessem nos critérios exigidos por ele. Com o término do Mais Educação em Fortaleza, a prefeitura criou o Programa Aprender Mais por meio do decreto nº 14.233, com a mesma metodologia do anterior. Essa política é aplicada nas escolas públicas de Fortaleza que não oferecem tempo integral, sendo ministrados por monitores voluntariados. (Fortaleza,2023)

As leis que amparam o serviço de voluntariado na rede pública de Fortaleza são a de n.º 9.608 de 18 de fevereiro de 1988, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 19 de fevereiro de 1998 e a lei n.º 10.194, de 19 de maio de 2014, publicado no DOU de 04 de maio de 2015, que dispõem sobre a prestação de voluntariado no âmbito da administração pública municipal direta e indireta.

O desejo de estudar o Programa Aprender Mais surgiu da experiência profissional, como coordenadora de uma escola pública de Fortaleza. Acompanhei a implantação do programa e o desenvolvimento nas turmas iniciais do fundamental 1º ao 5º ano. O programa chamou minha atenção pelos objetivos e pela necessidade que os alunos tinham de reforço escolar.

A importância de estudar essa temática é por acreditar que trabalhos sociais bem desenvolvidos, organizados, planejados e com boa gestão podem estimular outros projetos e pessoas, além de beneficiar várias crianças e adolescentes.

Justifica-se a presente pesquisa pelo apoio e suporte que o programa Aprender Mais pode possibilitar aos professores e as crianças atendidas, principalmente após passarem quase dois anos sem aulas presenciais devido à

pandemia da COVID-19. Nesse contexto, os alunos tiveram que assistir aulas online, muitos desses sem condições financeiras para acessar a internet e acompanhar as aulas. A consequência foi que essas crianças retornaram com um déficit maior do que já tinham, precisando neste retorno de todo o suporte da escola.

Para adentrar ao citado estudo, assim como evidenciar o trajeto no sentido de encontrar as possíveis respostas para a elucidação do mesmo, parte-se da questão central: Qual a contribuição do Programa Aprender Mais para melhoraria da qualidade e fortalecimento do ensino?

Com intenção de responder essa questão central, outras indagações foram pensadas no sentido de apoiar o que se deseja alcançar com o desenvolvimento da pesquisa, dentre estes: a) a formação do monitor influi para resultados positivos na aprendizagem? 2) O programa oferece meios para o desenvolvimento profissional do monitor?

A pesquisa tem como objetivo geral avaliar a contribuição do Programa Aprender Mais na melhoria da aprendizagem de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública de Fortaleza e como objetivos específicos:

- a. discutir o contexto da criação do programa Aprender Mais no âmbito de uma política pública;
- b. analisar a prática pedagógica dos monitores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental do Programa Aprender Mais;
- c. avaliar a contribuição do programa para a melhoria do ensino e aprendizagem a partir dos monitores.

Para atingir os objetivos elencados o estudo tem como característica uma pesquisa avaliativa de abordagem qualitativa que segundo Neves (2020) existe uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números e, portanto, deve-se buscar a compreensão sobre os significados das relações existentes na sociedade. Assim, para Neves (2020), nessa abordagem se usa a pesquisa bibliográfica com documentos diversos, assim o pesquisador reflete sobre o objeto estudado a partir das observações e do questionário disponibilizados aos agentes envolvidos.

A pesquisa qualitativa na definição de Minayo (2001) corresponde a questões muito particulares. Trabalha com o universo dos significados, dos motivos,

das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Para a autora esse "conjunto de fenômenos" é entendido como parte da realidade social, o homem se diferencia por agir, pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações vividas com seus pares.

Partindo dessa compreensão, a pesquisa propõe o uso de técnicas de coletas de dados que proporcionam uma melhor resposta aos objetivos, como: levantamento bibliográfico e questionário. Após a coleta de dados foi usada a metodologia de análise de Minayo (2002) que para a autora significa superar o senso comum mediante uma interpretação crítica frente aos documentos analisados

Portanto, a análise da pesquisa se dá após o embasamento teórico das categorias de análise que consiste nas temáticas centrais: Políticas Públicas Educacionais, Programa Aprender Mais, práticas pedagógicas e anos iniciais de alfabetização.

A pesquisa apresenta uma estrutura em quatro seções: A primeira, discorre sobre a Política Educacional Brasileira do século XIX a XXI, apontando as dificuldades e os avanços até chegar nas principais leis e documentos que regem a educação. A segunda corresponde aos incentivos e qualidade na educação destacando o Ceará, o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC). A terceira seção apresenta o contexto da política e a criação do Programa Aprender Mais com suas orientações e fundamentos, assim como sua proposta de educação integral. A quarta seção corresponde a metodologia da pesquisa e finaliza-se com a análise dos dados e conclusões finais.

## **2 ABORDAGEM CONCEITUAL DA POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Em um país com importante desigualdade socioeconômica as políticas públicas representam uma atenuação das dificuldades para uma população com poucos recursos que necessitam de suporte do governo, sobre essa desigualdade social Carmo (2019) relata que é preciso “equalizar as relações socioeconômicas” esse é um dos objetivos da política pública tornar a sociedade menos desigual. Para Silva (2013):

Toda política é tanto um mecanismo de mudança social, orientado para promover o bem-estar de segmentos sociais” a autora revela que toda política pública é uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. Refere-se a um processo que envolve pessoas diferentes e conclui: “política pública se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente” (Silva, 2013, p. 90).

Secchi (2014), argumenta que a política pública passa pela percepção do que seria um problema público. Sendo assim, política pública seria a solução para uma necessidade ou demanda de um povo e dentro desse contexto a política social teria um caráter distributivo destinado principalmente às camadas mais pobres.

Para Hofling (2001), as políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, visando diminuir a desigualdade socioeconômica, através da distribuição dos benefícios sociais.

Castro (2012), aborda que política social é uma composição de um conjunto de programas e ações, caracterizadas pela garantia da oferta de bens e serviços, transferência de renda e regulação de elementos do mercado, buscando realizar dois objetivos conjuntos: proteção social e promoção social. Ambos apresentam papel importante no estado, a abrangência desses serviços potencializa uma qualidade de vida para pessoas em condição de vulnerabilidade, nesse contexto o estado entra como agente cuidador e provedor de recursos cumprindo uma das suas funções com a população, é o que descreve Dias e Matos (2015, p. 7):

O estado é responsável pela ordem, pela justiça e pelo bem comum da sociedade. Para tanto, deve legislar (criar e manter em dia uma ordem jurídica eficaz); administrar (prover, através de diversos mecanismos legais e executando os serviços públicos, às necessidades da comunidade) e

julgar (resolver pacificamente, de acordo com a lei, os conflitos de interesse que possam surgir e decidir qual é a norma aplicável em caso de dúvida.

O Estado tem muitas responsabilidades principalmente quando envolve as políticas públicas, a educacional é uma delas que tem sofrido ao longo da história brasileira desde os frades Jesuítas aos dias de hoje, foram décadas, séculos, leis e esforços de educadores houve avanços, porém ainda falta muito para atingir o ideal, uma educação de qualidade para todos.

## **2.1 Dos jesuítas aos grupos escolares: a construção da educação**

Frente à realidade que se encontra a educação no presente, considera-se importante analisar o passado para compreender os dias atuais, assim se busca uma reflexão sobre a expansão da educação desde a colonização ao momento atual. De acordo com Freitag (1980), a educação no Brasil está dividida em três períodos: 1) período de mil e quinhentos a mil novecentos e trinta; 2) de mil novecentos e trinta a mil novecentos e sessenta e o terceiro período de mil novecentos e sessenta em diante.

O primeiro período se inicia com a chegada dos padres jesuítas ao Brasil que, inicialmente, tinha o propósito de catequizar os indígenas na fé católica, ensinar as primeiras letras e repassar os costumes básicos da civilização ocidental (Freitag, 1980). Cabia ainda aos Jesuítas a educação dos filhos da elite. Esse processo revela a divisão social da época: os indígenas eram ensinados catequeses nos aldeamentos e as elites, nos colégios religiosos, ficava de fora a população negra e escravizada.

Passada a fase inicial, na qual os jesuítas criaram condições mínimas de civilização para se tornar oportuno o processo de povoamento na colônia, a catequese perde espaço para atender a educação da elite. Desse modo, a ação missionária, que era intenção inicial dos jesuítas, dar lugar para a criação de colégios que atendam aos interesses da elite emergencial. Contudo, cabe destacar, que os jesuítas contribuíram significativamente na sistematização da educação colonial (Freitag, 1980).

Os Jesuítas deixaram um legado de colégios organizados em rede, um método pedagógico e um currículo comum. Foram responsáveis pela primeira sistematização do ensino, sendo o Ratio Studiorum o primeiro sistema organizado

de educação católica. Para Saviani (2013), esse sistema previa um currículo único para os estudos, divididos em graus, propondo uma educação integral do homem e pressupondo o domínio das técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo.

Ainda segundo Saviani, esse currículo era constituído por:

[...] por um conjunto de regras cobrindo todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino. Começava pelas regras do provincial, passava pelas do reitor, do prefeito de estudos, dos professores de modo geral e de cada matéria de ensino, chegava às regras da prova escrita, da distribuição de prêmios, do bedel, dos alunos e concluía com as regras das diversas academias (Saviani, 2013, p. 55)

O Ratio Studiorum possuía 467 regras, o plano era de caráter universalista e elitista, universal porque era usado pelos jesuítas independentes do local que se encontrava e elitista, pois era voltado para a educação dos filhos dos colonos.

Segundo Saviani (2013), deixava-se de fora os demais brasileiros que não podiam pagar, tornando assim um plano excludente de uma educação que não era ofertada para todos.

Com a expulsão dos jesuítas, a educação na colônia passa por um período de desordem e decadência. No entanto, com a chegada de D. João VI ao Brasil, a política educacional que o governo português tinha em relação ao país foi modificada. Nesse período, foram inauguradas diversas instituições educativas e culturais e surgem os primeiros cursos superiores de Direito, Medicina, Engenharia e as escolas técnicas. Saviani discorre ainda que, uma escola pública nacional poderia ter surgido em 1827, mas o ato adicional de 1834 colocou as escolas primárias e secundárias sob a responsabilidade das províncias, abandonando, assim, um projeto de escola pública nacional (Saviani, 2013).

Em 1822, após a independência do Brasil, despontaram novos ideais e a assembleia constituinte debateu pela primeira vez a importância da educação popular. Em 1827, é estabelecida a lei que cria escolas primárias em todas as cidades e vilas mais populosas, no entanto, essa lei não foi efetivada, passando em 1834 para as províncias os encargos com a educação primária (Ghiraldelli Junior, 2003), porém continua uma educação que exclui, é o que mostra a lei de número 1 de 14 de janeiro de 1837, onde as escolas e cursos negavam o acesso aos escravos, diz o regulamento: São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: Todas as pessoas que padecem de doenças contagiosas. Segundo: Os

escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos (Fonseca, 2002, p.12).

Para a historiadora Silva (2002), a primeira escola para negros no Brasil funcionou de 1853 a 1873 no Rio de Janeiro atendia a um grupo restrito de negros maiores de 14 anos livres ou libertos, saudáveis e vacinados excluía mulheres e negros escravos, segundo Fonseca (2002) há indícios que mesmo no período colonial, de forma clandestina, algumas crianças negras conseguiram estudar. Apesar de toda exclusão sempre houve luta, Carvalho (2018) argumenta que nem o indígena e nem o negro aceitaram as condições impostas na colonização, para ela eles se tornaram protagonistas em vários momentos e criaram diversas formas de resistência.

Após o período retratado entre 1889 a 1930 foram fundadas algumas escolas superiores e construídas muitas escolas primárias e secundárias, mas pouco alterou o quadro do sistema educacional, pois não atendiam aos anseios republicanos de ampliação das oportunidades educacionais, permanecendo, ainda, um sistema elitista e excludente embora, segundo Saviani (2003), as maiores transformações do século XIX aconteceram nas últimas décadas que iniciaram com a implantação dos grupos escolares, sendo este um marco da origem da escola pública.

Essa primeira fase educacional, das três descritas por Freitag constata-se que parti do início da colonização do Brasil ao primeiro império; dos Jesuítas, começa uma educação com ideologia da obediência à fé cristã, beneficiando o sistema econômico da época e ensinando os primeiros brasileiros a não questionar sua condição, do primeiro império observa-se que com a chegada do rei D. João ao Brasil com intuito de preparar sua equipe para administração da nova sede do rei no caso o Brasil, Dom João cria os cursos superiores, apenas esses, começa aqui o privilégio a educação superior em detrimento a educação básica, Knop e Collares afirmam que a opção de não privilegiar o ensino fundamental continua dando frutos até hoje.

[...] os mecanismos de produção dessa desigualdade surgem de forma contundente no ensino superior brasileiro, onde os alunos de maior renda familiar têm não apenas maior chance de concluir os cursos que iniciam como ainda de escolher cursos com maior alto retorno econômico no mercado de trabalho. (Knop; Collares, 2019, p. 375)

Essa abordagem do autor revela como uma política pública é capaz de se perpetuar por décadas se não houver uma intervenção na base social do problema, a sociedade não é contra recursos na educação superior, pelo contrário, se espera que aumentem os investimentos, porém investir na educação básica é essencial para oportunizar direitos a população de estudantes do ensino fundamental e médio.

Ainda sobre o período colonial reconhecendo toda a contribuição jesuítica na educação brasileira é preciso destacar a herança da subordinação deixada pelo colonizador na história do povo brasileiro que se perpetua até os dias atuais, para os estudiosos da corrente pós-colonial é fundamental ter consciência do que foi o projeto civilizatório para construir uma nova sociedade que se liberte das ideias de inferioridade e combata a exclusão geral das minorias, especialmente os negros. Em concordância com os estudos pós-coloniais e decoloniais, vem afirmar a crítica ao modelo colonial abordando a discussão da dominação sofrida pelos povos originários a partir da colonização europeia.

Para os decoloniais é importante romper com a manutenção da colonialidade presente em discussões de dominação nas modalidades, política, econômica ou cultural que colabora com ações discriminatórias aos povos originários e escravizados, é notório a predominância da cultura do dominador como sendo a única e digna e a do povo originário discriminada, Carvalho (2018) dar exemplo dessa superioridade cultural no âmbito da escola em que a única crença aceita é a de matriz cristã, ignorando as religiões de base africana nutrindo o preconceito herdado ainda na colonização.

A importância dessas correntes teóricas não é só denunciar a prevalência da cultura europeia sobre os outros povos, mas discutir e pensar a própria cultura. O segundo período corresponde aos primeiros anos da República, Ghiraldelli (1990) discorre que esse foi marcado pelo movimento denominado "entusiasmo pela educação" que visava a expansão da rede escolar e a alfabetização do povo. Saviani (2003) divide esse período em três etapas:

O primeiro período (1890-1931), corresponde ao momento em que houve a implantação das escolas primárias nos estados brasileiros e a formação de professores pelas escolas normais; 2) 1931-1961, período de regulamentação das escolas superiores, secundárias e primárias e; 3) 1961-1996, com criação da primeira lei de diretrizes e bases (4.024/61 e da atual 9.394/96).

Saviani (2003) explica esses três períodos apresentando um roteiro da educação do século XX, considerando que esta deixou um legado positivo e negativo. Como positivo, considera o aumento da população com acesso à escola, desenvolvimento de cursos de pós-graduação e a criação do ministério da educação e saúde. Como negativo, indica a ausência de um sistema unificado de ensino para o país e um grande número de analfabetos.

Para Vidal (2006), a existência dos grupos escolares na história da educação brasileira é significativa no período da República, criados primeiro em São Paulo e depois no Rio de Janeiro, após duas décadas se expandiram para outros estados brasileiros. Saviani (2013) versa que a implantação dos grupos escolares legalizou o princípio da igualdade entre os sexos ao instituir o mesmo número de salas para meninos e meninas.

Com a criação dos grupos escolares, passam a existir as salas seriadas e sequenciais. Nesse momento, nasce a figura do diretor de escola e começa a preocupação com a formação dos professores primários. Para atender à exigência desses profissionais foi criada a Escola Normal em 1908 (Amorim, 2015).

Os grupos escolares correspondiam a uma modalidade escolar que possuía métodos inovadores, avançados, modernos para o ensino primário que se contrapunham aos métodos ultrapassados utilizados pelas escolas de primeiras letras do período imperial. Portanto, essa escola republicana tinha como objetivo primordial agrupar em um só prédio e sob uma única direção todas as escolas isoladas de uma determinada localidade conforme o crescimento da população (Amorim, 2015).

Esse segundo período é marcado pela Era Vargas, uma mistura de populismo e autoritarismo, Gadotti (2000) é nesse momento de Estado nacional-populista que a escola passa a representar a ideia da nova ideologia desenvolvimentista, devido a esse fato em 1930 foi criado o ministério da educação.

No terceiro período, observa-se uma mudança considerada na educação com relação a matrículas. Para Vidal (2006), entre 1975-1999, o número de alunos cresceu aceleradamente, de 19,5 milhões para 36 milhões, mas o número de analfabetos era grande e ainda permaneciam crianças sem acesso à escola. O aumento da população era crescente, isso na época se explicava o analfabetismo, mesmo sendo crescente também o número de matrículas.

Dessa forma, os grupos escolares se expandem para todo o Brasil e deixa como legado a estrutura do que é hoje a primeira fase do ensino fundamental e um histórico de analfabetismo e reprovações nas primeiras séries, ficando para as próximas décadas a luta pela erradicação do analfabetismo. É importante destacar que apesar dessa insegurança constante de governo, ora monarquia, presidencialismo, ditadura, presidencialismo, a educação no Brasil avançou, mesmo não conseguindo acabar com o analfabetismo.

## **2.2 As políticas educacionais do século XX**

O final do século XX e início do século XXI é marcado por grandes transformações devido ao processo de globalização mundial. Esse período exige mudanças do Estado em relação às políticas sociais e educacionais, essas mudanças significaram um ajustamento da educação, importante para as necessidades do mercado na economia globalizada. Libâneo e Oliveira (1998) definem como um projeto neoliberal que impõe aos países periféricos, uma economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social.

O projeto neoliberal recomenda uma participação mínima do estado, incentiva os setores privados em detrimento do público, reduz os serviços prestados a população incentivando privatizações e terceirizando serviços básicos, assim o estado garante a máxima eficiência econômica reduzindo os serviços públicos onde o “melhor governo é o menor” para Silva (2022) esses projetos nacionais não podem ser entendidos fora da dinâmica internacional para ele existe elementos centrais de manipulação.

A construção do afeto e do sentimento, a transformação do espaço de discussão política em estratégia de convencimento publicitário; a celebração da suposta eficiência e produtividade da iniciativa privada em oposição à ineficiência e ao desperdício dos serviços públicos; a definição da cidadania pela qual o agente político se transforma em agente econômico e o cidadão em consumidor (Silva 2022, p. 15).

Para o autor, nenhum projeto de contraposição terá nenhum efeito se antes não compreender como funciona essa nova economia do afeto e do sentimento, na qual a mídia assume um papel central, o autor cita como exemplo o

ex-presidente Fernando Collor de Melo que representou essa habilidade, porém essa pedagogia dos sentimentos e do afeto não foi extinta com o então presidente.

Segundo Polany *apud* Borges (2000) a intervenção do estado na economia do século XX pode ter sido uma defesa natural do estado contra o avanço do mercado, nesse período após as primeiras décadas do liberalismo surge as políticas do *welfare state* (desemprego, aposentadoria, seguro, saúde) como uma tentativa de amenizar os danos do mercado para a classe trabalhadora. Ainda para Polany havia um movimento contraditório de construção e manutenção do mercado que ele chama de “crise de caráter”, o que significa atender às exigências do mercado e o funcionamento adequado de uma sociedade de *welfare*.

Esse movimento começou na década de 1970 e cresceu no governo de Fernando Henrique Cardoso, influenciado pela política neoliberal que colocava a educação como estratégia para competitividade e ascensão do país na agenda global (Oliveira, 2010; Shiroma et al. 2011), nessa altura os organismos multilaterais divulgavam documentos através de relatório, sugerindo reformas tanto para a educação como para economia, a reforma educacional passa a ser defendida não somente para atender a universalização do ensino, mas também ou principalmente, para adequar a educação ao cenário de mudanças da nova conjuntura (Santos, 2010).

O Brasil se despede da década de 1970 sem concretizar a erradicação do analfabetismo e a universalização da escola pública (Shiroma et al. 2011). Nos anos 1990, o país esteve com 22% da população analfabeta e um número exorbitante de evasão escolar no ensino médio (Santos, 2010). No campo político, observa Peres; Castanha, (2006) a crise do capitalismo mundial e as articulações do Estado na reforma estatal dá origem ao neoliberalismo, que Oliveira define como:

Neoliberalismo é uma expressão derivada de liberalismo, doutrina de política econômica fundada nos séculos XVIII e XIX que teve como orientação básica a não intervenção do Estado nas relações econômicas a, garantindo total liberdade para que os grupos econômicos (proprietários dos meios de produção; burguesia, usando uma definição marxista) pudessem investir a seu modo os seus bens. Na perspectiva liberal, o Estado deixa de regular a relação entre empregador e trabalhador, entre patrão e empregado, entre burguesia e proletariado. Isso fatalmente conduz as relações de produção a uma situação de completa exploração da classe proprietária sobre a classe despossuída (Oliveira, 2010, p. 6)

Oliveira (2010) e Dale (2004) defendem que o neoliberalismo é a política liberal adaptada para a globalização, a qual coloca um mundo na mesma situação econômica. O processo de adaptação da economia brasileira diante da globalização iniciou com o governo Collor de Melo abrindo o mercado doméstico aos produtos internacionais, mas não tem estrutura produtiva para competir com outros países. Essa desvantagem gerou uma busca de instrumentos para garantir a competitividade, encontrando na literatura internacional a afirmação de que seria a educação um dos principais determinantes da competitividade entre os países (Shiroma *et al*, 2011).

O mercado exigia qualificação dos trabalhadores, atribuindo à educação a responsabilidade de formar esse novo trabalhador. Nesse período do governo Collor, a reforma educacional passou a ser defendida além da universalização da educação escolar e da democratização do ensino, mas também para adequar as necessidades de mudanças das relações sociais, culturais e econômicas da nova conjuntura (Santos, 2010). Para Silva (2022) a estratégia neoliberal não se limita ao campo educacional, mas ocupa um lugar privilegiado, como técnica de governo, regulação e controle social, para ele o que se está vivenciando é um “processo de redefinição global nas esferas social, política e pessoal” (Santos, 2022, p.13).

Para atender as metas impostas pelos organismos mundiais, o Brasil cria vários programas educacionais: Acorda Brasil, Aceleração da Aprendizagem, Guia do Livro Didático de 1º a 4º série e o Bolsa Escola; no plano do financiamento, o Renda Mínima, Dinheiro Direto na Escola, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) TV Escola, Programa de Informática na Educação (PROINFO). Além de programas de intervenções de natureza avaliativa como o Sistema de Educação Básica (SAEB), Censo Escolar, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ainda iniciou a descentralização da gestão por meio da municipalização.

Alguns desses programas foram aprimorados e seguem até os dias atuais, assim como a influência do Banco Mundial (BM) permanece incutido na educação. A descentralização é outro tema muito discutido nos anos 1980 e 1990, contemplado na Constituição de 1988 com o artigo 211, o princípio da descentralização dispõe sobre a organização do sistema de ensino do país.

Com a promulgação da Constituição, o tema descentralização ganhou notoriedade e passou a ser discutido com maior ênfase por educadores brasileiros e por se tratar de distribuição de poder entra em pauta a temática gestão na educação, com a política de descentralização e de gestão democrática espera-se da escola uma maior participação educacional da comunidade escolar (pais, alunos, funcionários) e uma participação de todos, uma escola que rompa com uma cultura autoritária e centralizadora.

A gestão democrática foi um dos avanços mais significativos da educação no final do século XX, contemplada na Lei de Diretrizes e Bases/96 (LDB) no artigo 206. A LDB apresenta mais dez princípios, no qual segundo o artigo 3 da lei o ensino terá como base essa forma de gestão, no entanto, para se concretizar na prática, a história mostra que precisa reivindicar. É o caso do Princípio VII - Valorização do profissional da educação e o Princípio IX - garantia de padrão de qualidade, ambos são temas constantes nas reivindicações dos educadores.

A LDB de 1996 mostra vários avanços para educação em comparação com a anterior de 1961 e uma versão de 1971 durante o regime militar, na qual o ensino obrigatório era dos 7 aos 14 anos. Com a nova LDB, as matrículas dos anos iniciais começam aos 6 anos, a educação passou a ser dividida em educação infantil, fundamental e ensino médio, promoveu a descentralização e a autonomia para escolas e universidades e a valorização do magistério. Outra mudança foi o aumento de dias letivos de 180 para 200 de aula e tornando obrigatório o processo de recuperação.

Essas mudanças contribuíram para a qualidade da educação, porém outras melhorias eram necessárias para dar continuidade ao processo de reforma educacional como o Plano Nacional de Educação (PNE) que atende o princípio da gestão democrática e participativa da educação, previsto na constituição Federal de 1988 e na LDB. O PNE é uma das políticas educacionais que tem contribuído para o desenvolvimento educacional desse século.

### **2.3 As principais políticas educacionais do século XXI**

Chega-se aos anos 2000 com o Plano Nacional de Educação (PNE). O plano foi aprovado após a redemocratização pela lei 10.172/2001 visando gerar continuidade das ações federais, estaduais e nacionais no período de 10 anos

(2001-2010). A Constituição de 1998 previa a criação do PNE que modificaria a cada dez anos para trocar diretrizes e metas que fossem fundamentais para alcançar os objetivos da União, Estado e Municípios. Ao longo do tempo, para ampliar o acesso à educação de qualidade e os recursos a ela direcionados, a LDB regulamentou a forma de como seriam elaborados os PNE. A proposta deveria partir da União, em seguida ser discutida com os entes federais.

O plano de 2001-2010 determinou obrigatoriedade do Ensino Fundamental dos 7 aos 14 anos e teve como meta a garantia do ingresso e permanência na escola até a conclusão da etapa, garantindo o acesso ao ensino para aqueles que não concluíram na idade certa, essa estratégia era para combater o analfabetismo. Quanto ao magistério, o PNE propõe ações para a valorização, como o piso nacional e carreira e a criação de sistemas de informação e avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino.

O PNE, antes da sua aprovação, sofreu vetos por parte do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Os vetos foram dirigidos sobre o aumento dos gastos com a educação de 5% para 7% do Produto Interno Bruto (PIB) e nas metas de expansão de alguns serviços e programas justificando não ter recursos. Saviani (2009) descreve o veto do Presidente como “mutilação” e conclui “Sem assegurar os recursos necessários, como atingir as metas propostas?” (Saviani, 2009, p. 29). Sem recursos suficientes e sem uma avaliação, o plano não conseguiu cumprir todas as suas metas estabelecidas.

Além disso, a lei que instituiu o PNE previa, no artigo 3º, que sua implantação seria avaliada periodicamente, sendo que a primeira avaliação deveria ocorrer no quarto ano de vigência do plano, ou seja, em 2004, para reparar as deficiências e distorções. Segundo Saviani, “Em 2004, estávamos em plena vigência do primeiro mandato de Lula, mas nada foi feito para dar cumprimento a esse dispositivo legal” (Saviani, 2009, p. 29). Ainda segundo Saviani (2009, p. 29):

[...] esperava que no governo Lula, por ter sido o partido dos trabalhadores (PT) atuante na proposta do PNE, acreditava-se que após a vitória de Lula nas eleições de 2002 a primeira medida seria a derrubada dos vetos. Mas isso não foi feito.

É relevante destacar os avanços no governo Lula que fizeram diferença ainda não é o ideal, porém mostra que a educação tem crescido em matrículas e

programas para o desenvolvimento e apoio a aprendizagem do aluno, o censo de 2022 revela um aumento de 1,5% de matrículas comparadas com 2021 na educação básica, cerca de 714 mil a mais que o ano anterior.

Ressalta-se que nos dois primeiros mandados do governo Lula o Brasil, assim como os países da América Latina foram beneficiados com o *bomm* das *commodities*, esse fenômeno durou de 2000 a aproximadamente 2014 quando houve um crescimento da economia, redução da taxa de pobreza na América Latina caindo de 27% para 12% e a desigualdade recuando em torno de 11%, o Boom foi motivado pela demanda crescente de algumas economias, principalmente a China que passava por processo de crescimento fazendo com que as *commodities* utilizadas nas indústrias para fabricação de diversos produtos aumentasse de preço. (Balakrishnan e Toscani, 2018)

Com o crescimento econômico favorável, o governo Lula (2003-2011), implanta vários programas, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família, criado com a MP 132/2003. O programa consiste na transferência condicionada de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com crianças de 0 a 17 anos e atendeu muitas famílias que estavam vulneráveis na época. Para Balakrishnan e Toscani<sup>1</sup> (2018) muitos países se valeram desse crescimento para aumentar as transferências sociais, é o caso do Bolsa família no Brasil.

Para ser beneficiado no programa, as crianças e jovens precisam estar matriculados na escola e com frequência de 85% e idade de 6 a 17 anos, e 75% para as demais idades.(Mec,2009) Além disso, as crianças menores de sete anos devem receber todas as vacinas e fazer um acompanhamento semestral em unidade de saúde. Importante destacar que, no governo Bolsonaro, o Bolsa Família muda de nome para "Auxílio Brasil" e não possuía condicionantes. (Agencia Brasil,2021)

Com o fim do governo Bolsonaro e a eleição do terceiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em outubro de 2022, o Bolsa Família retorna a sua forma original com os mesmos condicionamentos do primeiro governo e acrescentando em cima do valor normal de \$ 600,00, mais \$ 150,00 se a família tiver uma criança até os seis anos. (Juliana Elias CNN.2023) Ainda sobre os dois

---

<sup>1</sup> Frederik Toscani é economista e doutor pela Universidade de Cambridge; Ravi Balakrishnan é chefe da missão do FMI e doutor pela London School of Economics

mandatos do governo Lula apontam-se alguns programas criados nesse período conforme apresentado no quadro 1

Quadro 1 - Programas criado no governo Lula

<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA DESENVOLVIDO</b>
2004	Prouni nas Faculdades Particulares
2004	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
2004	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
2006	Compromisso Todos Pela Educação
2006	FUNDEB
2007	Plano de Desenvolvimento da Educação
2007	Reuni nas Universidades
2007	Programa Mais Educação
2008	Piso Nacional para os Professores
2009	Novo Enem
2009	Mais recursos para a Educação.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Desses programas do governo Lula, destaca-se “O Compromisso Todos Pela Educação” e o “Plano de Desenvolvimento da Educação”, ambos parecem se complementar. O movimento “Compromisso Todos Pela Educação” foi uma iniciativa da sociedade civil, juntamente com um grupo de empresários e representantes do ministério da educação. (Relatório todos pela educação, 2006, 2009)

De acordo com o documento Relatório de atividades “Todos pela Educação” (2006-2009), o movimento iniciou sua atuação com a mobilização da sociedade, com isso criou e divulgou cinco metas que o Brasil deveria alcançar até 2022, ano do bicentenário da independência. De acordo com o documento, o movimento se constitui como:

[...] uma mudança cultural significativa que se iniciou com a adoção de metas que iam muito além de uma declaração de intenções: eram mensuráveis e verificáveis. A cultura de metas introduzida pelo Todos pela

Educação logo passou a contar com a adesão de gestores públicos dos três níveis de governo, em sintonia com o movimento histórico vivido pela educação no Brasil (Brasil, 2009, p. 7).

O movimento estabeleceu cinco metas para a melhoria da educação no Brasil, o que se pode demonstrar no quadro 2.

Quadro 2 - Metas do Programa Todos Pela Educação

<b>META</b>	<b>OBJETIVO A SER ALCANÇADO</b>
META 1	Toda criança e adolescente entre 4 e 17 anos deve estar na escola
META 2	Toda criança deve estar alfabetizada até os 8 anos de idade
META 3	Todo aluno deve estar com a aprendizagem adequada ao ano escolar condizente com a idade
META 4	Todo aluno deve estar com o ensino médio finalizado até os 19 anos
META 5	Investimento em educação deve ser bem gerido e ampliado

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Para acompanhar as metas, o movimento criou um documento de “olho nas metas”, o qual foi divulgado na imprensa com o objetivo de que a população acreditasse no movimento, nesse período apresentou relatório para mostrar como os estados e distrito federal estavam com relação à educação de qualidade do ensino público, o relatório revela que apesar dos avanços não seria possível alcançar os percentuais desejados em 2022.(relatório todos pela educação 2006,2009)

O programa “O Compromisso Todos Pela Educação” iniciou seu trabalho em 2006 visando mobilizar a população a reivindicar mais qualidade. Em uma entrevista, Paulo Soares Martins<sup>2</sup> em 2006, Diretor da Fundação Gerdau e um dos coordenadores do movimento, relata que o desejo é “que cada cidadão brasileiro saiba o que é uma educação de qualidade. Hoje ficamos em último lugar em provas internacionais, mas isso quase não gera repercussão na sociedade” (Folha de São Paulo,2006)

Dezessete anos depois do movimento ser criado, ele continua atuante, mas não conseguiu cumprir todas as metas, haja visto que um país do tamanho do Brasil com problemas econômicos e desinteresse político, além de uma pandemia

<sup>2</sup> 2 Ex- Diretor e conselheiro das organizações, como o movimento Brasil competitivo e Todos pela Educação, participou do Instituto Gerdau e das Fundações Blend de Ates do Mercosul.

do COVID-19 que isolou em casa todos os alunos, seria difícil cumprir essas metas até 2022. Porém, o movimento foi importante para manter constantemente a discussão sobre a qualidade na educação, conseguindo até incluir suas metas no Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE).

Para Saviani (2009), além das cinco metas agregadas no PDE, foram acrescentadas 29 ações e em março de 2009, dois anos depois da sua criação, o site do MEC já apresentava 41 ações e o autor conclui que “[...]na verdade o denominado PDE aparece como um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC” (Saviani, 2009, p. 5).

Ainda segundo Saviani (2009), ao lançar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo governo federal, cada ministério teria que apresentar ações que se enquadram no programa. Nesse momento, o MEC aproveitou a oportunidade e lançou o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) e a ele vinculando as ações que já se encontravam na pauta do Ministério, com ajustes e atualizações de algumas delas.

Das 41 ações lançadas, o Fundo de Manutenção Básica e Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB) é uma das ações mais importantes, tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação é uma ampliação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), (Saviani,2009) cujo foco era no ensino fundamental e permaneceu nos anos de 1998 a 2006, o FUNDEB amplia e passa a atender todos os alunos do ensino básico, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

Com relação à arrecadação, o FUNDEB foi ampliado, incluindo mais imposto-base. O percentual aumentou de 15% para 20%. (Saviani,2009) Após arrecadados, os impostos são distribuídos entre Estado e Municípios conforme o número de alunos matriculados pelo censo escolar desses impostos 60% do FUNDEB deve ser utilizado para pagamento dos salários dos professores da educação básica e os recursos também podem ser utilizados para capacitação de professores, materiais didáticos, construção de escolas, transporte escolar e outros.

### 3 PROGRAMAS DE INCENTIVO PARA A QUALIDADE DO ENSINO

Pensar em incentivo para a educação, logo se remete à qualidade do ensino, no entanto, essa busca sempre esteve presente na luta da educação, o que mudou foi o ambiente. O conceito de qualidade está ligado ao tempo e o espaço vinculado às necessidades e exigências sociais de um momento histórico, já foi associado a universalização do ensino, ao fluxo de matrículas e recentemente aos resultados das avaliações externas. Enguita (2022) relata como esse conceito foi se modificando no tempo.

[...] inicialmente foi identificado tão somente com a dotação em recursos humanos e materiais dos sistemas escolares em suas partes componentes, mas tarde o foco da atenção do conceito se deslocou dos recursos para a eficácia do processo conseguir o máximo resultado com o mínimo custo. Esta não é a lógica dos serviços, mas da produção empresarial privada. Hoje em dia se identifica antes com os resultados obtidos pelas escolas, qualquer que seja a forma de medi-los: taxas de promoção, egressos nos cursos superiores, comparações internacionais do rendimento escolar, etc. (Enguita, 2022, p. 98).

Segundo o mesmo autor, as novas versões não substituem a anterior “a nova afasta as antigas para o lado, mas tem de conviver com elas” Moreira e Kramer (2007) expande o conceito de qualidade da educação para além da escola, para eles a qualidade é polissêmica um fenômeno complexo que possui determinações intraescolares e extraescolares, implica em condições de vida da população, cultura das famílias e todos os aspectos da escola como: currículo, gestão escolar formação docente e outros.

Para Goulart (2006), o extraescolar relaciona-se às determinações e as possibilidades de superação de vida de grupos sociais desfavorecidos, essa classe econômica geralmente só conta com os instrumentos e tecnologias da escola para seu desenvolvimento intelectual, sem um ambiente estimulador os alunos de baixa renda podem ficar em desvantagem com relação aos demais, embora nos últimos anos algumas prefeituras tenham beneficiados alunos de escolas públicas com tablets, ainda não atendem todo o público escolar, geralmente só os anos finais (5º,9º 3º médio) têm sido contemplado com o recebimento desses aparelhos, o que acaba tornando exclusão em um mesmo público.

Silva (2022) aborda que qualidade já existe, de educação, saúde, vida, mas apenas para alguns, nesse sentido qualidade é sinônimo de riqueza, e como tal é destinada para poucos. E continua “a gerência da qualidade total na escola

privada é redundante - ela já existe; na escola pública é inócua – se se não se mexer na estrutura de distribuição de riquezas e recursos.” (Silva, 2022, p. 20) para o autor as escolas públicas não gerenciam mal os seus recursos e nem o problema da educação pública são seus currículos e métodos elas apenas não tem os recursos necessários porque a público que recebe essa educação estar colocada numa posição de inferioridade as relações de poder, para ele os métodos e currículos podem até ser inadequado, mas não pode ser discutido fora do contexto total de recursos.

O artigo 206, inciso VII da Carta Magna traz em seu texto o direito à educação com padrão de qualidade para todos (Brasil, 2013). Beisiegel (2006) menciona que para as elites brasileiras que sempre tiveram exclusividade na educação, essa pode ter perdido a qualidade, mas para as classes populares, atualmente é melhor porque simplesmente no passado a escola não era acessível a esse público. Relata ainda que boa parte dos educadores e coletividades defendem a democratização, mas recusam-se às consequências, percebe que para o autor a universalização do acesso à escola pode ter contribuído para a queda da qualidade.

Oliveira (2005, p. 8) reforça esse pensamento quando aborda:

Foram incorporadas parcelas da população que antes não tinham acesso à educação e cujas experiências culturais eram diferentes daqueles que antes constituíam o grupo de usuários da escola, ou seja, com o processo de expansão das oportunidades a escola incorporou as tensões, as contradições e as diferenças presentes na sociedade.

O autor trata qualidade na educação como um dos principais desafios da atualidade, hoje com a universalização as escolas precisam estar preparadas para receber um público diverso com culturas e saberes diferentes e agregar conhecimento a todos sem discriminação e nem direitos fragmentados para alguns e elitizados para outros. Gentile (2022, p. 176) comenta que “qualidade para poucos não é qualidade é privilégio” partindo-se dessa realidade e entendendo que qualidade na educação depende dos incentivos que ela recebe, assim como apoio técnico, com a implantação da mudança em lei do novo Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS) e a cota parte, alguns estados já têm avançado nos índices educacionais dando exemplo de uma educação para que todos aprendam sem favorecimentos e vantagens.

### 3.1 A contribuição do financiamento para a qualidade do ensino no Brasil

Para o senso comum tudo que tem qualidade precisa de um bom investimento, seja de tempo, dedicação ou valor financeiro, na educação não é diferente, conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2017 o Brasil investiu em educação um PIB de 5.1% comparado com os outros países de 4.1%, mas é o que menos gasta com a educação básica, segundo o relatório o Brasil continua a investir mais no ensino superior do que o fundamental, médio e infantil.

Recentemente (2012-2017), as parcelas dos gastos com o ensino superior continuam crescendo apesar da crise econômica, enquanto os financiamentos estagnaram para o ensino fundamental, médio e pós secundário não superior. De fato, em 2017, os gastos por aluno no ensino fundamental, médio e superior no Brasil estavam bem abaixo da OCDE ou seja USD 3.875 comparados a USD 9.515. Em contrapartida, os gastos por aluno no ensino superior estavam acima da média da OCDE era de 1,4 vez maior. [...] A pesquisa também indica que historicamente, a parcela do financiamento da educação infantil tem sido baixa (OCDE, Relatório Econômico de 2019).

De toda a educação básica, a Educação Infantil é a que enfrenta uma maior dificuldade, pois ainda não garantiu o acesso a todas as crianças na escola ou creche, provavelmente seja falta de recurso financeiro que entrave a universalização dessa modalidade de educação. A LDB no artigo 30 traz que a educação infantil será oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos e pré-escola e para crianças de quatro a seis anos. O Brasil tem aumentado o número de matrículas para crianças da pré-escola, em 2018 o índice estava acima da OCDE em 90% correspondentes a crianças de quatro anos e 100% para crianças de cinco anos, no entanto, no mesmo período apenas 68% das crianças de três anos estavam matriculadas no Brasil o índice da OCDE era de 78%.(OCDE, Relatório Econômico de 2019)

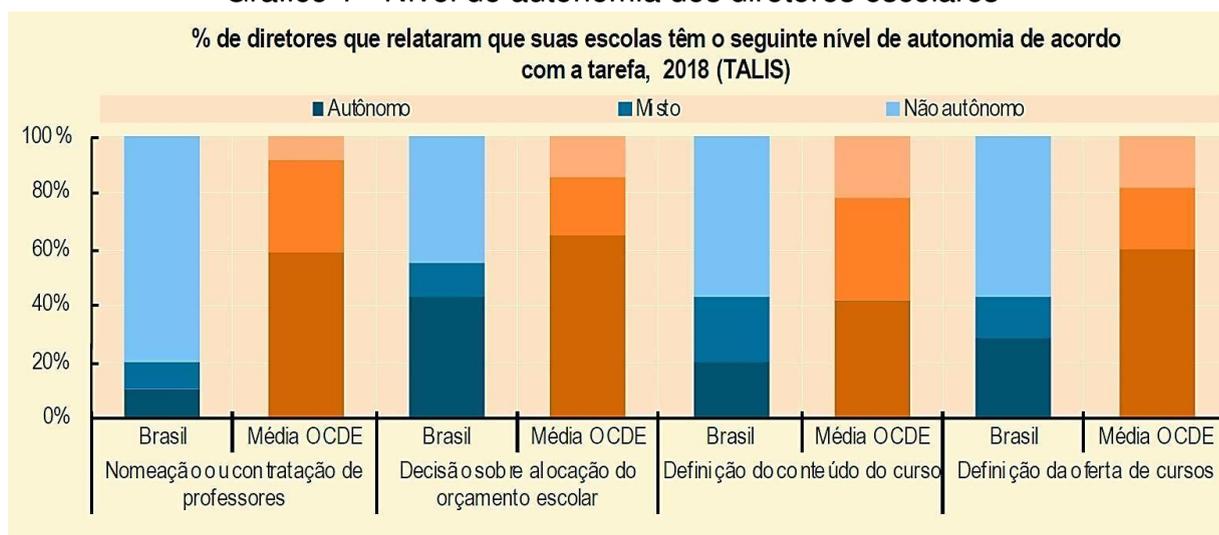
O Plano Nacional de Educação (PNE) tem como meta alcançar até 2024, 50% das crianças brasileiras de zero a três anos matriculadas, no entanto, as famílias não são obrigadas a matricular crianças dessa faixa etária em instituições escolares, porém a presença nas unidades de ensino promovem o desenvolvimento refletindo nas aprendizagens futuras, a criança que frequenta a educação infantil já

chega no fundamental bem mais estimulada nos aspectos cognitivo, físicos, sociais e emocionais do que as que não frequentam.

Outro ponto preocupante é aprendizagem em matemática dos alunos na idade de quinze anos, segundo o resultado do Programa Internacional de avaliação de alunos o PISA 2018, 8% dos estudantes brasileiros não possuem nível básico em matemática necessário para o exercício da cidadania, em ciências o número chega a 55% e em leitura contínua o mesmo de 50% desde 2009 no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), A situação piorou com a pandemia da covid-19 o Pisa 2023 evidencia que em matemática os alunos brasileiros reduziram 20,6 pontos em relação a 2018 e três em cada dez não alcançaram o nível satisfatório de leitura. Em (2019), o órgão de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2019) apresenta uma realidade preocupante com relação aos jovens de 14 a 29 anos, segundo o órgão dos 50 milhões de brasileiros dessa idade cerca de 20,2% ou 10,1 milhões não completaram alguma etapa da educação básica, ou nunca frequentaram.

Outro ponto de destaque é com relação à governança, o Brasil ainda aparece como altamente descentralizado, acarretando pouca autonomia dos gestores nas decisões das instituições escolares, conforme apresenta o gráfico 1.

Gráfico 1 - Nível de autonomia dos diretores escolares



Fonte: OCDE, 2018.

O gráfico 1 apresenta uma realidade brasileira das escolas públicas como contratação de professores, não é função do gestor escolar contratá-los esses são admitidos por concurso ou seleção ficando as prefeituras, ou estado

responsáveis por esse procedimento, o que a gestão escolar pode é conduzir o professor de acordo com o perfil dele como profissional encaminhando para determinadas séries, outra dificuldade da gestão escolar trata-se dos recursos recebidos pela unidade escolar que na maioria das vezes a comunidade escolar não pode usá-lo com o que realmente precisa e sim para o que o mesmo foi destinado.

O Brasil tem tentado melhorar a qualidade da Educação principalmente no que se refere à educação básica, é o que diz o relatório OCDE, “O Brasil tem feito esforço para garantir algum financiamento educacional básico” (OCDE, 2019, p. 53) os investimentos da educação básica são garantidos por lei o art. 212 da Constituição Federal estabelecendo que a união aplicará anualmente não menos que 18% e os estados e municípios 25% (ICMS) da receita líquida de imposto (RLI) na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

Já atividades suplementares da educação como: merenda escolar e uniforme vem do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) os recursos do FNDE são custeados do salário-educação recolhido das empresas e de verbas de contribuições sociais Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Brasil Alfabetizado, Apoio ao Atendimento a Educação de Jovens e Adultos e Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE).

A emenda constitucional 108/2020 trouxe novos critérios para distribuição de receitas envolvendo o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e alguns ajustes no Fundo de Manutenção Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), prevendo que ele passe a ser permanente. Nas regras atuais os municípios têm direito a 25% do ICMS, desses 25% conforme o art. 158 parágrafo único:

I-65% (sessenta e cinco por cento) no máximo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizados em seus territórios.

II- até 35% (trinta e cinco por cento) de acordo com o que dispuser lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição no mínimo 10 (dez) pontos percentuais com base em indicadores de melhoria no resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos (Emenda Constitucional nº 108, 2020).

Com relação aos 65% os municípios com maiores vendas e serviços receberam mais, já nos 35% receberam maior recursos os municípios com maior preservação do meio ambiente, com menor índice de desenvolvimento humano

(IDH) e com maior população. A cota-parte que será repassada a cada município depende desses cálculos.

O FUNDEB é outro fundo de investimento, cerca de 90% vêm de impostos coletados nos âmbitos estadual e municipal e os outros 10% vêm do governo federal. (Emenda constitucional 95, de 2016). A nova emenda aumenta dos 10% para 23% a participação da União no Fundo. Essa participação será elevada gradualmente: em 2021 com 12%; passando para 15% em 2022; 17% em 2023; 19% em 2024; 21% em 2025; e 23% em 2026.

Segundo a OCDE, nos anos de 2014 a 2020 foram identificadas algumas disparidades no acesso à educação e nos resultados do Brasil em todos os níveis, principalmente no aspecto socioeconômico e localização geográfica dos estudantes e que as altas taxas de evasão no ensino médio reflete em baixo nível de habilidades sociais e cognitivas fundamentais, sendo um constante desafio garantir que todos os jovens deixem as escolas com habilidades exigidas no mercado de trabalho, conclui afirmando que existe um alto nível de desemprego de jovens na idade de 18 a 24 anos. Após essas observações relatadas nos relatórios emitidos pela OCDE, esse também disponibiliza uma espécie de encaminhamento direcionado ao país, no caso aqui o Brasil segue alguns:

- a. continuar ampliando o acesso à educação infantil priorizando as famílias e regiões desfavorecidas;
- b. aumentar o acesso em educação integral para alunos mais velhos;
- c. tornar a escola mais envolvente com o aumento de opções de matérias;
- d. assegurar uma detecção precoce de alunos com risco de evasão e proporcionar um apoio individual e personalizado;
- e. fortalecimento do vínculo entre escolas e mercado de trabalho.

Nota-se que essas recomendações já estão inseridas no currículo da educação brasileira e que os organismos multilaterais como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) continua com grande influência na educação apesar de o Brasil ter seguido as orientações e elaborado leis para o melhoramento da educação pública, outra observação é que o gasto com educação é maior do que os países da OCDE talvez seja o direcionamento das verbas públicas e gestão que ainda não conseguiram melhorar os índices educacionais nos últimos anos o que não é o caso do Estado do Ceará que tem se destacado como

um dos melhores do Brasil em educação pública e se apresenta como modelo para outros estados tanto da região nordeste como da região sul.

### 3.2 Qualidade do ensino: o exemplo do Ceará

O Estado do Ceará nos últimos anos vem mudando sua história frente a um país que estigmatizava os estados nordestinos como pobres e sem cultura letrada, o estado está crescendo além de economicamente também crescendo nos níveis educacionais da educação básica e por esse feito educacional tem sido modelo para outras capitais como Vitória (ES), Goiânia (GO), Curitiba (PR) e Teresina (PI) todas elas mostram avanços nos anos iniciais. A seguir, o quadro 3 mostra o comparativo a respeito:

Quadro 3 - Comparativo do IDEB de cidades brasileiras de diferentes regiões (2005-2009)

CIDADES	REGIÃO	2005	2019
Teresina (PI)	Nordeste	4,2	7,4
Curitiba (PR)	Sul	4,7	6,5
Goiânia (GO)	Centro oeste	3,9	5,9
Vitória (ES)	Sudeste	4,1	5,6

Fonte: IDEB (2020).

O Ceará tem o 2º índice de Desenvolvimento da Educação Básica para os Anos Iniciais – IDEB, perdendo só para São Paulo, em 2005 estava com os índices abaixo da média nacional em português e matemática, 12 anos depois (2017) conquistou o quarto lugar na avaliação do 9º ano e a sexta colocação na avaliação do 5º ano, de acordo com um relatório publicado pelo banco mundial em (2020) quase todos os 184 municípios do Ceará apresentaram avanços nos anos iniciais e finais.

No ano de 2005, o IDEB nos anos iniciais era 2,8 e, em 2019, chegou a 6,3 passando a meta de 6.0 esperada para o ano de 2022, o documento demonstrou que dos 20 municípios com melhores notas no IDEB 10 eram do

Ceará, esses resultados apresentados pelo estado partiu-se de uma construção de uma política entre governo estadual e municipais.

As políticas de accountability educacional implantadas pelo governo do Ceará no período de 2007 a 2014, configuraram-se como estratégia para a disseminação e a consolidação do modelo gerencial nas redes municipais de ensino. Essa estratégia ampliou a atuação e a interferência do governo do estado na educação oferecida pelos governos municipais, revelando sua força indutora na gestão da educação pública cearense (Valdevino; Silva, 2021, p. 2)

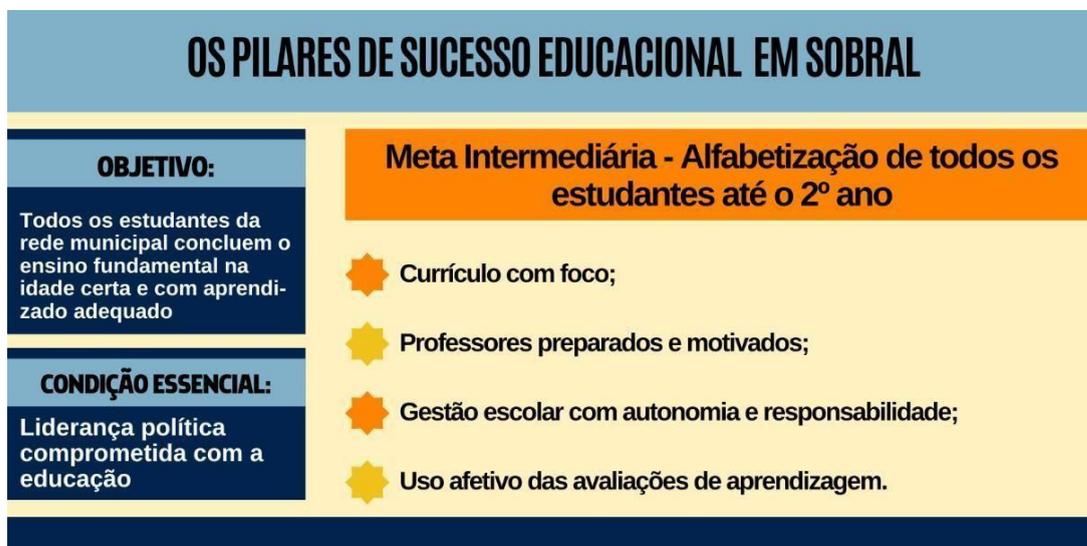
A política se apoia em cinco eixos interdependentes: alfabetização na idade certa, incentivos financeiros (cota-parte) para os municípios, assistência técnica na elaboração de materiais e atividades pedagógicas e avaliação contínua do aprendizado dos estudantes. Desse modo, as orientações gerenciais tornaram-se dominantes no âmbito das escolas municipais.

Segundo Costa e Vidal (2021), a educação no estado do Ceará começa a ganhar novos rumos na gestão do ex-governador Tasso Jereissati nos anos (1987-1990) governo das mudanças, que com a reforma estatal se fundamenta nos princípios do neoliberalismo e estado mínimo e um modelo de gestão focado em resultado logo, no âmbito educacional, houve uma ampla municipalização do ensino fundamental gerando muitas matrículas, porém sem preocupação com qualidade. “Se, na economia a ideia era “fazer o bolo para depois partir” (Costa;Vidal, 2021, p. 15). Na educação, o lema foi matricular todos na escola para depois melhorá-la.

O resultado da universalização do ensino fundamental garantia a matrícula da criança na escola, mas não a qualidade, depois de quase duas décadas na cidade de Sobral começam a surgir bons resultados e anos mais tarde, no ano de 2017, ficou em primeiro lugar no 5º e 9º ano se consagrando como o melhor município de educação básica no Ceará e no Brasil segundo resultados do IDEB (2017), mas Sobral nem sempre foi assim, como todos os outros municípios cearenses, não apresentava bons resultados até 2005, foi quando segundo o relatório do Banco Mundial (2020) a administração municipal dando continuidade a uma política que começou no final da década de 1990, troca todos os diretores escolares.

Nos primeiros anos, Sobral não alcançou os índices desejados, foi nesse período que estabeleceu a meta: todas as crianças saibam ler e escrever até o fim do segundo ano do fundamental, e define objetivos para alcançar resultados.

Figura 1 - Os pilares do sucesso educacional em Sobral



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com o sucesso de Sobral, o estado se organizou para que todos os municípios cearenses conseguissem oferecer uma educação de qualidade para todas as crianças, para isso, além dos incentivos financeiros os municípios, ofereceram ampla assistência técnica, acelerou o processo de transferência da gestão dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º) aos governos municipais, e estabeleceu o monitoramento regular da aprendizagem como apresenta a figura 2.

Figura 2 - As condições de sucesso na educação do Ceará



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Cada um desses fatores contribuiu para o sucesso da educação no Ceará, segundo os estudos do Banco Mundial que comparou as escolas municipais cearenses com similares em outros estados brasileiros sugere que quando os financiamentos são associados a uma ampla assistência técnica os resultados são muito melhores do que se esses mecanismos fossem adotados separadamente (Evans; Loureiro, 2020).

Todo esse desempenho no governo do Ceará, em especial a cidade de Sobral, começou com a alfabetização na idade certa como base, o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), que elevou a educação do Ceará ao nível de Brasil, iniciou em 2007 em todo o estado tendo inspirado o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em 2012, pelo governo Dilma Rousseff, o pacto foi um compromisso assumido pelo governo federal, estados e municípios de assegurar que todas as crianças estivessem alfabetizadas até o final do 3º ano do fundamental, ou seja, com oito anos. Porém, esta política pública não durou mais do que 5 anos sendo extinta após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff

### **3.3 Programa Alfabetização Na Idade Certa (PAIC)**

O Programa PAIC surgiu de um estudo realizado por um comitê cearense constituído da assembleia legislativa, universidades (públicas e privadas) e órgãos como Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Associação dos Municípios do Estado do Ceará APRECE, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/CE), INEP/MEC, com iniciativa do deputado Ivo Gomes no ano de 2004 o objetivo era explicar as causas do analfabetismo escolar nas escolas públicas do Ceará. Após desenvolver a pesquisa, o comitê divulgou relatório apontando inúmeros problemas enfrentados na educação cearense um deles é que de uma amostra de 8.000 alunos, apenas 15% conseguiram ler e compreender um pequeno texto de forma adequada. Logo após a conclusão da pesquisa a UNDIME/CE, e a APRECE com o suporte técnico e financeiro do UNICEF criam o programa PAIC (Ceará, 2022).

O PAIC foi implantado em 2007 com o objetivo de alfabetizar todos os alunos da rede pública do estado até os sete anos o programa foi organizado em

cinco eixos: Gestão da Educação Municipal, Avaliação Externa, Alfabetização, Formação do Leitor e Educação Infantil cabendo a Seduc a função de “avaliar os resultados das capacidades dos alunos de leitura do 2º ano por meio do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). O governo do estado com o objetivo que os municípios priorizassem a educação fez alteração nos critérios da cota-parte dos municípios e uma nova lei “condicionou parte do repasse do imposto a indicadores de educação, saúde e meio ambiente” (Ceará, 2012, p. 20).

Outro mecanismo adotado como incentivo à adesão ao programa PAIC foi o prêmio Escola Nota Dez que transfere dinheiro às 150 escolas com melhores resultados em alfabetização e 150 escolas com menores índices, sendo através da avaliação SPAECE que se classificam as melhores e “piores” escolas.

O Programa PAIC através do estado tem toda uma logística de apoio aos municípios de ações voltadas ao amparo do programa como:” formação continuada para professores, da educação infantil ao 2º do fundamental, livros de literatura infantil para sala de aula e materiais de apoio para alunos” e os municípios se comprometem com a valorização docente, critérios técnicos para seleção de gestores escolares, implantação de sistemas municipais de avaliação de aprendizagem de crianças, ampliação do acesso à educação infantil e implantação de políticas locais para incentivar a leitura e escrita (Ceará, 2022).

Em 2007, o primeiro ano do PAIC a secretaria de educação, em parceria com a Universidade Federal do Ceará, realizou uma avaliação inovadora de caráter censitário com alunos do 2º ano fundamental para avaliar a leitura. Esta avaliação foi denominada Provinha PAIC e tinha uma característica de ser diagnóstica, pois foi aplicada no primeiro semestre do ano de 2007, tendo sido os resultados, rapidamente processados e devolvidos a cada escola a fim de facilitarem as intervenções pedagógicas. No mesmo ano foi criada a vertente de avaliação do 2º ano o SPAECE alfa, a qual tinha a finalidade de ser uma avaliação somativa, aplicada ao final do 2º ano que geraria indicadores importantes para o monitoramento do processo da alfabetização no Ceará Esta avaliação foi desenvolvida com a parceria da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Nesse primeiro ano avaliado, o nível de proficiência em leitura nos municípios era de 118,9 se encontrava na cor amarela (intermediária) o nível de competência de leitura das crianças são representados por cores para “facilitar a

visualização dos níveis” (Ceará, 2022). Já em 2010, estava na cor verde-escuro, o chamado desejável, em um período de três anos os índices subiram 43,8 pontos. É possível observar a escala de interpretação do SPAECE no quadro 4 abaixo.

Nesse intervalo de três anos, houve um avanço significativo, mas nem todas as escolas do estado estavam com o nível de alfabetização desejável para todas as crianças do 2º ano fundamental, foi só no ano de 2019 que o estado do Ceará conseguiu que todos os municípios atingissem o verde escuro, ou seja, uma proficiência de leitura no mínimo de 150 pontos.

Quadro 4 - Escala de interpretação pedagógica do Spaece Alfa

<b>PADRÃO DE DESEMPENHO</b>					
<b>Variáveis</b>	<b>Não alfabetizado</b>	<b>Alfabetização incompleta</b>	<b>Intermediário</b>	<b>Suficiente</b>	<b>Desejável</b>
Nível de proficiência	0 a 75 pontos	75 a 100 Pontos	100 a 125 Pontos	125 a 150 pontos	Acima de 150 pontos
Interpretação	Indicar que o aluno ainda não se apropriou do sistema de escrita, não tendo desenvolvido habilidades básicas para o aprendizado da leitura e da escrita	Início do processo de domínio e sistematização de habilidades consideradas básicas e essenciais à alfabetização	Indica que o aluno consegue ler com autonomia palavras formadas por padrões silábicos diversos e que começa a compreender frases simples	Consegue localizar informações em textos com cerca de 50 palavras, identificar assuntos de uma narrativa curta e a finalidade de um texto de gênero familiar	Início do desenvolvimento de habilidades próprias de um leitor proficiente
<b>Cor de representação</b>	Vermelho	Laranja	Amarelo	Verde claro	Verde escuro

Fonte: Adaptado de Seduc – CE.

Com o sucesso do Programa, em 2011, o estado do Ceará cria o PAIC+5 visando estender o programa até o 5º ano do fundamental nas 184 escolas

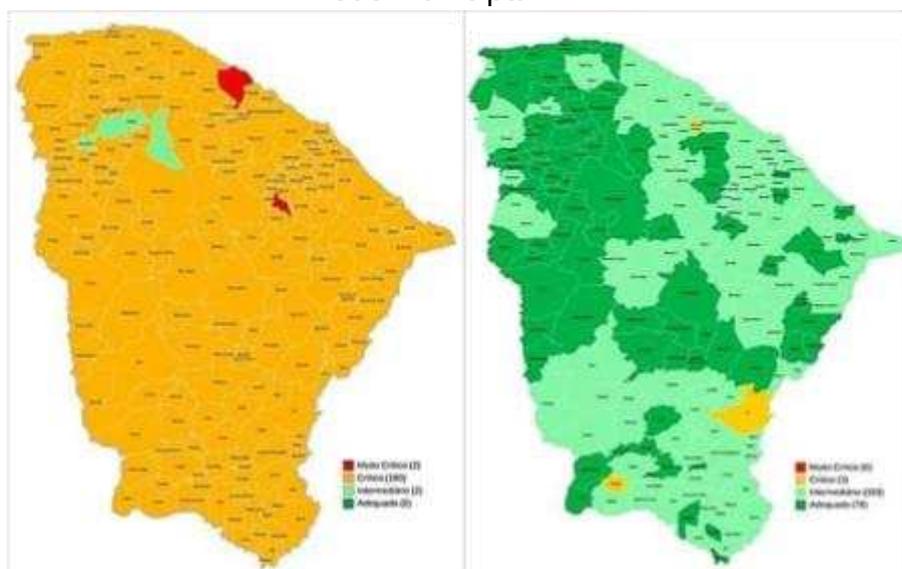
públicas municipais tendo como objetivo melhorar a aprendizagem desses alunos, haja vista que, em 2009, somente 10% dos alunos estavam no adequado em português, a situação em matemática era muito mais grave, apenas 6,9% no nível adequado. Diante da problemática todos os municípios foram convidados a aderir ao programa e o governo se comprometeu com mais ações perante as prefeituras a exemplo de:

Mais apoio a gestão municipal, mais apoio a formação dos professores do 3º,4º e 5º ano, séries em língua portuguesa e matemática, mais literatura, mais apoio às famílias, mais reforço para alunos com dificuldade de aprendizagem em alfabetização e compromisso dos municípios (Ceará, 2022)

Os municípios que aderiram ao programa também precisavam contribuir com as ações do governo como: oferecer políticas de valorização do professor no ensino fundamental, reproduzir todo material didático de apoio ao professor e aluno no processo formativo, propiciar tempo para os educadores do fundamental participarem das formações sem comprometer o ano letivo, entre outras. E em 2015 o governo amplia ainda mais o programa criando o mais PAIC,(Ceará, 2023) esse agora atendia aos alunos do 6º ao 9º ano nas escolas públicas cearenses a iniciativa é que esses cheguem no ensino médio com as habilidades do ensino fundamental adquiridas e possam continuar os estudos sem grandes dificuldades.

Com o programa PAIC consolidado e atendendo a todos os níveis no Ceará, a governadora Izolda Cela, em 2022. (Ceará,2022) dá nova nomeação ao programa, passando a ser o PAIC Integral. É importante ressaltar que apesar de todo o avanço da educação no Ceará em todos os municípios, ainda há muito a se fazer, pois os dados revelam que os níveis de aprendizagem nos anos finais do fundamental (6º ao 9º) precisam continuar crescendo conforme mostra a figura 3 e lembrando que a pandemia do COVID-19 causou uma ruptura ainda maior na aprendizagem.

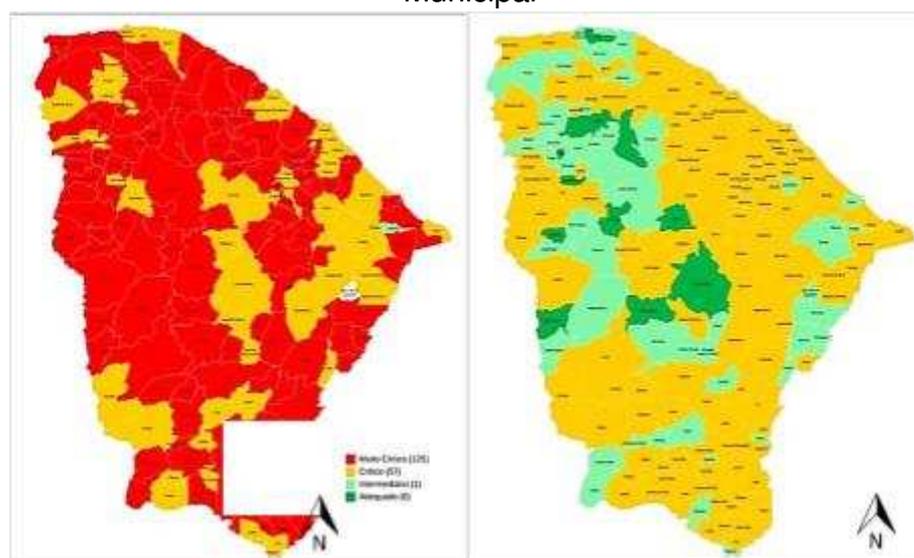
Figura 3 - Mapa SPAECE 2008 – Padrões de proficiência – 5º ano – Matemática - Rede Municipal



Fonte: Seduc (2019).

O mapa de 2008 se refere ao início do PAIC 5º ano destacando os resultados em matemática, nota-se que não tem nenhum município no nível desejado (verde-escuro) e o 2019 já apresentando vários municípios no desejado verde-escuro, porém muitos ainda no verde claro (intermediário):

Figura 4 - Mapa SPAECE (2008; 2019) – Padrões de Proficiência – 9º ano – Rede Municipal



Fonte: Seduc (2019).

A situação do 9º ano é muito mais delicada, em 2008 se encontrava a

maioria dos municípios em estado crítico (vermelho) e em 2019 não se nota mais nenhum município naquela situação, porém apenas 11 cidades do Ceará estavam no nível desejado em matemática do nono ano, revelando que ainda se tem um longo caminho pela frente. É nessa visão de futuro que entra a contribuição do Programa Aprender Mais, pois o projeto se institui como fortalecimento da aprendizagem, ou seja, fornece um suporte aos professores do fundamental contribuindo com reforço principalmente em português e matemática.

#### 4 A CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA APRENDER MAIS

O Programa Aprender Mais surgiu a partir do Programa Mais educação concedido às escolas públicas de todo o Brasil, nos anos de 2008 a 2017, sendo encerrado nesse último ano em Fortaleza E este tinha como objetivo promover a educação em tempo integral, porém não contemplava todas as escolas, havia critérios para ser implantado como ter IDEB abaixo de 2,9 (Brasil, 2009, p. 14). Com o término do Programa em Fortaleza, e com a necessidade de dar continuidade a um projeto que apresentava resultado em 15 de junho de 2018, por meio do decreto nº 14.233 a prefeitura de Fortaleza implementa o Programa Aprender Mais. O quadro abaixo mostra os objetivos do Programa:

Quadro 5 - Atividade do voluntariado Aprender Mais

ORDEM	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
I	Apoio à alfabetização na idade certa
II	Apoio à consolidação da aprendizagem no 3º ano do Ensino Fundamental
III	Programa de ampliação a jornada escolar, incluindo o programa novo mais educação, no ministério da Educação através da portaria nº 1.144 de 10 de outubro de 2016
IV	Fortalecimento da aprendizagem com foco na melhoria dos resultados da rede de ensino
V	Busca ativa e combate ao abandono escolar
VI	Protagonismo estudantil e docente
VII	Fortalecimento da educação de jovens e adultos
VIII	Apoio ao desenvolvimento da educação infantil
IX	Mediação escolar e promoção da cultura de paz
X	Apoio à educação inclusiva e nas atividades de inovação tecnológica e científica

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Programa se institui com as mesmas características do anterior e com os mesmos objetivos: perspectiva de educação integral e melhoramento do ensino.

No parágrafo único do decreto são destacadas as atividades contempladas no Programa e em 17 de fevereiro de 2023 a prefeitura de Fortaleza publica um novo decreto nº 15.558 regulamentando a atividade do voluntariado e acrescenta duas atividades a mais no programa (IX e X) como se observa no quadro 5.

A educação em tempo integral tem se apresentado como uma necessidade para as famílias que precisam trabalhar e não tem lugar específico para deixar os filhos, assim como se discute que com a ampliação do tempo escolar o aluno teria uma educação formal completa em todos os seus aspectos. Esse tema surgiu a partir da LDB 9.394/96 que traz no artigo 34 e 87, referência a ampliação da jornada escolar.

Art.34. a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Art.87. § 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para regime de escolas de tempo integral (Brasil, 1996).

Os artigos e seus parágrafos acima mencionam sobre a ampliação das horas nas escolas e que os sistemas gradativamente se transformem em tempo integral, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) relata que a educação deve ter como propósito a formação e o desenvolvimento global do aluno, buscando romper com visões reducionistas que privilegiam as dimensões intelectuais e afetivas e complementa:

Independente da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também com os desafios da sociedade contemporânea (BNCC, 2017, p. 16).

O Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) concorda com o conceito de educação integral da BNCC e conclui que o desenvolvimento da educação integral é um compromisso de todas as escolas, independente se sua jornada de trabalho é parcial ou integral (DCRC, 2019, p. 41). Analisando os documentos relacionados que regem a educação (LDB, BNCC, DCRC) no tema educação integral, eles versão da importância da mesma e da necessidade de

uma educação que atenda o estudante de forma global. A LDB traz a necessidade de as escolas ampliarem o tempo do aluno na instituição escolar, a BNCC e a DCRC abordam que independente da jornada, o aluno precisa se desenvolver em todas as suas dimensões. Sobre o tempo Integral nas escolas de Fortaleza são divididos em eixos, a saber:

A política de Educação em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza possui três eixos estruturantes. Um na Educação Infantil com o tempo Integral na modalidade creche (06 meses a 03 anos). E os outros dois no Ensino Fundamental com a Política das Escolas de Tempo Integral e o Programa Aprender Mais com suas modalidades, como o Aprender Mais Escola, a Escola Areninha, Projeto Integração, Juventude Digital, Pró-Técnico e Turmas Avançadas (Fortaleza, 2023, p. 16).

Dentro dessa afirmação o Programa Aprender Mais se constitui como um projeto maior com algumas ramificações, sendo eles na escola ou não, mas se formando como uma política de tempo integral. É o caso da modalidade Integração “essa tem a finalidade de estabelecer uma metodologia que integra a educação básica com experiências socioeducativas realizadas pelas instituições parceiras” (Fortaleza, 2023, p. 16) essa experiência de escola integral fora da escola, pode ser uma boa estratégia de levar o aluno a ser mais assíduo nesse ambiente extraescolar, ofertando uma estrutura diferenciada e adequada, a esportes, danças, cursos, entre outros é o caso do espaço da Rede Cuca (Fortaleza, 2023).

O Programa Aprender Mais que surgiu para preencher a necessidade deixada pelo programa Mais Educação e, com os mesmos objetivos, vem se aperfeiçoando para atender melhor o público de estudantes e jovens da rede municipal de Fortaleza dentro desse contexto a prefeitura apresenta as finalidades do Programa no documento divulgado em maio de 2023 a seguir algumas dessas:

I-melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental nos anos iniciais e finais. II- Alfabetização, letramento e melhorando o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática das crianças e adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico. III- Redução do abandono, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento escolares, assegurando o direito de aprendizagem. IV- Ampliação dos tempos e espaços escolares, assegurando o direito de aprendizagem. V- Formação em uma perspectiva integral, englobando os aspectos motores, cognitivos, sociais e afetivos. VI- Integração dos espaços públicos com os escolares. VII- Implementação do Projeto de Vida na perspectiva de que o estudante idealize a sua vida, tendo consciência de seu papel social, descobrindo-se a si e aos outros no contexto sociocultural em que vive. VIII- Implementação de um ambiente de aprendizagem que favoreça o protagonismo do estudante auxiliando na sua formação enquanto sujeito crítico, autônomo e responsável por si

mesmo e pelo mundo. IX- Promoção da comunicação escrita e oral, visando à compreensão e a expressão de uma segunda língua, em situações retiradas do cotidiano e voltadas para o futuro mercado profissional. X- Promover o letramento digital como instrumento de inclusão social e democratização do conhecimento (Fortaleza, 2023, p. 8)

Essas finalidades correspondem a todo o Projeto Aprender Mais, a escola e suas ramificações, importante salientar que o objeto desse estudo corresponde ao Aprender Mais Escola. O programa é desenvolvido no contraturno na instituição por profissionais contratados como voluntários conforme a lei de 1998 n.º 9.608 e a lei municipal 10.194 que dispõe sobre o serviço de voluntariado, sendo admitidos através de editais e seleções públicas.

#### **4.1 Sobre o Edital de Seleção para Monitores e Facilitadores 35/2023**

O Edital de seleção para monitores e facilitadores voluntariados do Programa Aprender Mais é lançado pela prefeitura de Fortaleza sempre no início do ano letivo podendo concorrer todos que estão dentro dos critérios de seleção, após aprovados os monitores ficam no banco de dados e são chamados para o exercício da função através das necessidades das escolas. Ressalto aqui alguns pontos relevantes para a esta pesquisa contida no Edital n.º 35/2023. Essas observações são importantes para a reflexão da prática do monitor do Projeto Aprender Mais:

Sobre a seleção: Para se candidatar a vaga o candidato precisa ser brasileiro, ter idade mínima de 18 anos completos e certificação de conclusão do ensino médio, participa de uma única etapa onde-se entrega os documentos e espera a análise deles, observa-se que para ingressar no programa o grau de instrução mínima é o ensino médio, lembrando que esses voluntários irão reforçar a aprendizagem desenvolvida em sala de aula nas disciplinas de Português e Matemática. Abaixo os documentos exigidos.

##### **4.1.1 Checklist de documentos para inscrição**

- a. ( ) Ficha de inscrição;
- b. ( ) R.G;
- c. ( ) CPF;

- d. ( ) Título de eleitor;
- e. ( ) Comprovante de endereço;
- f. ( ) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contendo número da carteira e série;
- g. ( ) Carteira de reservista (caso homem);
- h. ( ) Inscrição do PIS ou PASEP;
- i. ( ) Comprovante de ESCOLARIZAÇÃO, conforme subitem 3.1.;
- j. ( ) Atestado ou laudo médico, para o candidato PCD, conforme subitem 6.5.

O Ressarcimento, o voluntário recebe um auxílio financeiro mensalmente destinado às despesas de transportes e alimentação, os mediadores de aprendizagem lotados em escola e/ ou polos receberão o valor de cento e cinquenta reais (150,00) por turma podendo ter no máximo seis turmas, chegando ao total de novecentos reais (900,00) os facilitadores receberão oitenta reais (80,00) podendo até ter dez turmas.

Vigência: O contrato tem duração de um ano não podendo ser prorrogado os participantes selecionados só poderão ficar como voluntários durante um período de um (1) ano, a questão aqui é que como os monitores só podem ficar um ano e se esses entram sem experiência, observa-se que quando ele aprende a desenvolver o trabalho ele já precisa deixá-lo e para participar novamente é preciso esperar por dois anos, após ter encerrado o contrato.

Por último, o outro ponto se refere às considerações finais ressaltando que a secretaria de educação pode, em qualquer tempo segundo a administração pública, encerrar as atividades do voluntariado sem qualquer ônus para as partes, nota-se que a prefeitura aparentemente tem um certo temor com a parte financeira quando diz que “não terá nenhum ônus para as partes”, mas esquece da parte principal, o aluno, como encerrar um projeto sem considerar o agente principal? Nesse caso o projeto acaba por ficar sem credibilidade perante as famílias e comunidade escolar.

#### **4.2 A confluência com o ensino**

Para Libâneo (2006), a finalidade do ensino fundamental é estimular assimilação dos conhecimentos sistematizados necessárias à aprendizagem tendo

em vista a preparação para prosseguir nos estudos, esse objetivo vem ao encontro do Aprender Mais quando traz em seu documento que tem como finalidade o fortalecimento da aprendizagem dos estudantes do fundamental em língua portuguesa e matemática, reforçando o conteúdo visto em sala e aprimorando no contraturno com o monitor (Fortaleza, 2023, p. 9). Além dessas disciplinas o aluno tem oficinas de Projeto de Vida/Educação Patrimonial e para completar a carga horária cada unidade escolar pode ofertar mais duas oficinas, retiradas dos macrocampos de arte, cultura e/ou esportes, conformes suas particularidades e/ ou necessidades, apresentando uma certa autonomia para a escola.

Esses componentes curriculares ofertados no projeto têm como função garantir um melhor aproveitamento nas disciplinas de língua portuguesa, visto que alguns alunos ainda chegam no 3º ano sem domínio de leitura. Na matemática a situação ainda é mais grave, historicamente muitos alunos têm aversão a essa disciplina o que acaba aumentando o desinteresse, na prefeitura não é diferente, o resultado do SPAECE mostra como esses alunos chegam no 5º ano, embora tenha melhorado, nota-se que ainda tem muito o que fazer, O DCRC aborda essa aversão à matemática.

Historicamente, o componente da matemática tem sido percebido como de difícil compreensão. É comum observar crianças alfabetizadas e até mesmo adolescentes, apresentando dificuldades nas operações básicas. Acreditamos que tais dificuldades têm múltiplas razões. Destacamos a forma como a disciplina é abordada na escola, em que existe demasiada ênfase em suas características embasadas no raciocínio lógico dedutivo, articulando com uma linguagem própria abstrata desconectada da realidade. Isso dificulta ao educando atribuir sentidos práticos aos conceitos matemáticos. Esse fato pode estar na origem de certa aversão a este componente curricular (DCRC, 2019, p. 371-372).

Conhecendo essa apatia do aluno a disciplina de matemática, o documento orienta que as atividades sejam desenvolvidas de forma divertida, atrativa, despertando a curiosidade e o entusiasmo pela aprendizagem e relacionando ao contexto social. Destacando as diversas formas de aprender matemática, entre elas jogos, brincadeiras, uso de novas tecnologias e que essas atividades sejam sempre a partir da resolução de um problema.

As disciplinas de arte, cultura e esporte se justificam pelo interesse do aluno nessas práticas onde muitas vezes é o único lugar que eles podem frequentar gratuitamente, já que os pais na sua maioria, não têm tantos recursos financeiros,

outro ponto é que esses componentes servem como atração para os alunos aceitarem o contraturno, pois se a escola não ofertasse essas disciplinas, a adesão dos alunos ao programa não seria satisfatória.

As orientações metodológicas para o desenvolvimento do Projeto são 'prática de letramento, clubes de língua portuguesa e matemática com estratégias de planejamento para anos iniciais e finais e as demais com temas integradores da abordagem transversal, para desenvolver as atividades o Sistema Municipal de Educação (SME) disponibiliza uma sugestão de rotinas para português, matemática e projeto de vida. A saber:

Quadro 6 - Proposta de rotina da modalidade Aprender Mais Escola

Horário	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
05 minutos	Acolhida e Chamada				
50 minutos	Clube de Língua Portuguesa				<b>Atividade 3</b> Projeto de Vida e Educação Patrimonial
50 minutos	Clube de Matemática				<b>Atividade 3</b> Projeto de Vida e Educação Patrimonial
05 minutos	Avaliações de atividades				
20 minutos	Intervalo / Lanche				
50 minutos	<b>Atividade 1</b> Esporte e Lazer	<b>Atividade 2</b> Arte e Cultura	<b>Atividade 1</b> Esporte e Lazer	<b>Atividade 2</b> Arte e Cultura	<b>Atividade 3</b> Projeto de Vida e Educação Patrimonial

Fonte: SEDUC (2023).

A carga horária é distribuída em horas semanais, no qual, se dividem em atividades propostas, sendo para português e Matemática quatro horas (4), Projeto de vida/Educação Patrimonial três horas (3) e as oficinas/atividades (optativas) duas horas cada (2) a escolha da escola. Os ambientes onde são desenvolvidas as atividades de Português e Matemática recebem o nome de clube onde as crianças

são instigadas a nomear os clubes nos primeiros dias de aula. A SME descreve os ambientes dos clubes e o Projeto de Vida/Educação Patrimonial como:

Clube de Português: espaço em que os estudantes realizam, sob orientação do voluntário, diversas atividades de língua portuguesa, visando o desenvolvimento e a ampliação da competência linguística dos estudantes. Clube de Matemática: espaço em que o voluntário e os estudantes realizam debates, utilizam e criam jogos pedagógicos, resolvem desafios e situações problemas como estratégia de aprendizagem a partir de materiais concretos que permitem desenvolver métodos de resolução de problemas, estimulando a criatividade e a participação. Projeto de vida / Educação Patrimonial: espaço que visa contribuir na promoção de uma educação integral, comprometida de forma intencional com aprendizagens voltadas às necessidades, às possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. (Fortaleza, 2023, p. 12)

No Clube de Língua Portuguesa os voluntários são estimulados a desenvolverem atividades voltadas para a leitura e a escrita que envolvam o mundo físico, socioemocional e cultural possibilitando que o aluno se aproprie de textos e livros de diversos gêneros e finalidades de modo que o estudante seja capaz de produzir textos com autonomia (Fortaleza, 2023, p. 11). Para Libâneo (2006), a leitura e a escrita é uma tarefa que perpassa todas as séries escolares é a base para que os alunos progridam nos estudos, aprendam a se expressar continuando suas possibilidades cognoscitivas e ganhem maior compreensão da realidade social. Magda Soares (2003) argumenta que a aprendizagem da leitura e escrita é um processo que se faz por meio de duas vias, uma técnica e outra diz respeito ao uso social, não sendo recomendado considerá-la de forma dissociada.

Dessa forma (tendo como base os dois autores), o aprendizado da língua portuguesa é fundamental para que o aluno tenha êxito sistematicamente e que esse não se dê de forma isolada sendo possível alfabetizar com uma diversidade de texto de uso social incentivando o aluno a interpretar e produzir textos assumindo papéis de leitor escritor.

O ensino da língua portuguesa é uma das maiores responsabilidades do professor, pois é a condição para a avançar nas demais disciplinas, é através de uma leitura fluente e compreensão textual que o aluno vai facilitar o entendimento de novas aprendizagens. O DCRC traz que enquanto componente curricular a língua portuguesa assume status diferenciado dos demais componentes, por ser a língua falada a ela é feita “cobrança” ou atribuída responsabilidade, pois é através dela que asseguramos a comunicação e que negociamos nas práticas sociais (DCRC, 2019).

Na relação com a matemática, o Projeto orienta que o voluntário

contemple em seu planejamento a origem dos conceitos e seus usos sociais e destaca algumas ações básicas para os estudantes:

- a. Estimular a estabelecer relações, identificar padrões, descobrir regras, deduzir fórmulas;
- b. Instigar a comunicar suas ideias matemáticas e a trocar experiências com os colegas;
- c. Encorajar a descobrir aplicações práticas da matemática;
- d. Incentivar quanto ao uso crítico de novas tecnologias como: softwares, aplicativos e calculadoras.

A matemática, assim como o português, é fundamental para o desenvolvimento do aluno, o DCRC (2019) aborda que o componente matemática é basilar para a formação de capacidades intelectuais refinadas e, certamente, indispensáveis ao aprendizado das demais áreas do conhecimento. Assim como em português espera-se que os alunos dos anos iniciais dominem a prática de leitura e escrita, espera que também desenvolva a alfabetização matemática.

### **4.3 Confluência com a aprendizagem**

Aprender é uma capacidade inerente do ser humano, aprendemos diariamente na interação com o outro, na curiosidade, todos os dias adquirimos habilidades e conhecimentos. Para Libâneo (2006), ensino e aprendizagem são duas facetas de um mesmo processo, o professor planeja o processo de ensino tendo em vista estimular e suscitar a aprendizagem do aluno e a condução desse processo demanda do professor uma condição clara do desenvolvimento de aprendizagem de como as pessoas aprendem quais as condições externas e internas que o influenciam. Para o autor qualquer atividade que praticamos no ambiente em que estamos pode levar a aprendizagem, independente de idade.

Libâneo ainda distingue aprendizagem de dois modos, a casual e a organizada, a primeira é espontânea surge naturalmente da interação entre as pessoas no ambiente em que vivem, a organizada é aquela que tem por finalidade aprender determinados conhecimentos e habilidades, essa é específica da escola (Libâneo, 2006, p. 82). Aquino (2007) complementa definindo como:

[...]aprendizagem refere-se à aquisição cognitiva, física e emocional, e ao processamento de habilidades e conhecimentos em diversas profundidades, ou seja, o quando uma pessoa é capaz de compreender, manipular, aplicar e/ou comunicar esse conhecimento e essas habilidades (Aquino, 2007, p. 6)

Essa definição do autor vem ao encontro com as competências que a BNCC traz como aprendizagem da educação básica quando aponta que as aprendizagens essenciais definidas servem para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais e define competência como a mobilização de conhecimento (conceito e procedimentos) habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais. Atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BNCC, 2017, p. 8), O Programa Aprender Mais como uma política de tempo integral procura garantir ao aluno um complemento/ reforço do ensino fundamental nesse viés o programa toma para si também a responsabilidade de desenvolver as competências dentro das oficinas como a do projeto de vida/ Educação Patrimonial, contém nas diretrizes do programa:

O projeto de vida traz como essência a capacidade do estudante de idealizar a sua vida, tendo consciência de seu papel social, descobrindo-se a si e aos outros no contexto sociocultural em que vive. Para tanto é necessário que os estudantes desenvolvam as habilidades e competências preconizadas na BNCC e no DCRC. Dessa forma, o projeto de vida corresponde a um conjunto de ações na direção de um objetivo. (Fortaleza, 2023, p. 47)

O projeto de vida no ambiente da escola é um tema transversal, os temas transversais estão voltados para construção e compreensão da realidade, desse modo, o projeto de vida dentro das oficinas abordam assuntos referente ao trabalho, consumo consciente, uso responsável de bens e serviços públicos, educação financeira, alimentação saudável, busca da saúde e qualidade de vida. (Fortaleza, 2023, p. 47) Dessa forma, o projeto desenvolve ações que contribuam para a transformação do aluno e da sociedade, ou seja, gerando uma aprendizagem interna e externa do sujeito nas suas relações com o ambiente físico e social (Libâneo, 2006).

O Programa Aprender Mais, assim como o fundamental, está pautado em três ciclos: a) o ciclo de alfabetização que compreende os anos (1º, 2º e 3º e tem por foco a alfabetização inicial, b) o ciclo de consolidação que compreende o (4º, 5º e 6) e c) o ciclo de aprofundamento, que compreende o (7º, 8º e 9º) todos atendidos pelo programa, das disciplinas e oficinas como já mencionados. Os monitores são

orientados a desenvolver atividades diferenciadas, lúdicas e instigantes, de modo que seja possível potencializar a formação integral do aluno e que atinja o principal objetivo do programa, a redução das dificuldades de aprendizagem do aluno (Fortaleza, 2023, p. 9). Nessa conjuntura do ensino das disciplinas português, matemática e outras é importante salientar como acontece a aprendizagem e que linha epistemológica é orientada pela prefeitura de Fortaleza.

#### **4.3.1 Concepção de Aprendizagem**

A educação do Ceará em seus documentos não apresenta uma teoria de aprendizagem definida para toda rede, mas aponta que a epistemologia cognitivista está de acordo com as orientações curriculares.

“A concepção de que há interação do aprendiz com o conhecimento também decorre do compromisso com a alfabetização e com o letramento ao eleger tais conceitos, temos uma aproximação com a epistemologia do conhecimento definidas como cognitivista” (DCRC, 2019, p. 49).

Moreira (1999), aborda que essa teoria trata dos processos mentais e que a cognição se dá por construção segundo o autor é a partir dessa afirmação que surge o construtivismo. Seguindo a mesma orientação do DCRC, as abordagens construtivistas, sociointeracionista são as que corroboram com o documento.

O construtivismo é uma linha pedagógica que entende que o conhecimento se constrói na interação professor e aluno, sendo o professor mediador do conhecimento e em busca de novos conhecimentos, criando vivências e atividades interativas em que o aluno elabora seu próprio saber. Essa proposta é inspirada na obra de Jean Piaget tendo como principal referência Emília Ferreiro. Para Sousa et al. (2015), o conhecimento resulta de interações entre o sujeito e o objeto, portanto a criança constrói conhecimentos nas relações entre suas experiências sensoriais e de raciocínio, desde as abstrações simples às mais reflexivas, a criança elabora conhecimento na interação com o outro, professor ou aluno.

No sociointeracionismo, o aluno exerce papel fundamental, o processo ensino e aprendizagem não está centrado mais no professor, o conhecimento é construído na interação entre pessoas. Para Moreira (1999), Vygotsky propõe que o desenvolvimento cognitivo se dê por meio da interação social, em que no mínimo

duas pessoas estão envolvidas ativamente trocando experiências e ideias gerando novas experiências e conhecimentos.

Apesar da inserção dessas novas abordagens no currículo escolar, ainda persiste o analfabetismo dentro das escolas, embora em um número menor, atingir esse público e mudar a realidade é um dos objetivos do programa; em alguns casos para alfabetizar é preciso apenas mudar estratégias, pois nem todos aprendem da mesma forma, alguns alunos têm estilos e aprendizagens diferentes.

Para Bathem (2013), um aluno com determinado estilo de aprendizagem terá melhor resultado com o estilo correspondente, é importante que o professor relacione o estilo de ensinar ao estilo de aprendizagem do aluno e não só ao seu. O quadro mostra os estilos de aprendizagem e os estilos de ensino correspondentes.

Quadro 7 - Dimensões de estilo de aprendizagem

<b>Dimensão</b>	<b>Estilo De Aprendizagem</b>	<b>Estilo De Ensino Correspondente</b>	<b>Aspecto De Ensino – Aprendizagem</b>
PERCEPÇÃO	Sensorial	Concreto	Conteúdo
	Intuitivo	Abstrato	
RECEPÇÃO	Visual	Visual	Apresentação
	Verbal	Verbal	
PROCESSAMENTO	Ativo	Ativo	Participação do aluno
	Reflexivo	Passivo	
COMPREENSÃO	Sequencial	Sequencial	Perspectiva
	Global	Global	

Fonte: Adaptado de reaprendentia (2024)<sup>3</sup>.

Segundo Baathem (2013), quando acontecem os desencontros entre os estilos tanto os alunos como professor ficam afetados, os alunos se mostram desatentos, agitados na sala ou desanimados e o professor defensivo ou hostil, questionando a própria competência. O ideal seria diversificar os estilos de aprendizagem para contemplar todos os alunos. Madalena Freire (2012) fala que o

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.reaprendentia.org>.

principal desafio do educador alfabetizador é romper com visões cegas esvaziadas de significados “reaprender a olhar”, o professor observador é capaz de identificar em sala os alunos desatentos ou indisciplinado e se o motivo é a aprendizagem. Para Madalena (2012, p. 70) “é preciso criar espaços sistematizados de acompanhamento, com intervenção e encaminhamento.” com a comprovação do problema, espera-se que o professor reflita sobre a prática pedagógica e realize intervenção de aprendizagem.

#### **4.4 Práticas pedagógicas**

A escola como instituição educadora é formada por diversas práticas escolares, algumas são direcionadas apenas pelo costume ou como a sala de aula está organizada e estruturada, portanto, algumas ações realizadas nas escolas podem ser consideradas apenas como práticas docentes. Para ser considerado prática pedagógica, o fazer docente precisa ter intencionalidade. Para Franco (2016), as práticas se organizam intencionalmente para atender determinadas expectativas educacionais solicitadas requeridas por uma dada comunidade social, nesse sentido a prática dá um objetivo à ação com a intenção de transformação da realidade social.

Ainda para Franco (2016), é preciso diferenciar práticas educacionais de práticas pedagógicas, a primeira se refere à concretização de processos educacionais, sendo assim uma prática docente sem uma intencionalidade significa uma prática educativa, enquanto a presença da reflexão crítica com a consciência da intencionalidade representa a prática pedagógica. Segundo Freire (1996) ensinar exige reflexão crítica sobre a prática, essa envolve o movimento crítico e dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

Ainda para Freire, é pensando criticamente a prática de ontem que se pode pensar a próxima prática, é na formação permanente do professor o momento fundamental da reflexão crítica da prática docente. Para Freire, ensinar é estar além “do objeto ou conteúdo”, mas na produção em que aprender criticamente é possível. Franco (2016) argumenta que muitos professores ainda se confundem com os saberes pedagógicos, para eles os saberes são decorrentes de atividades repetitivas dos procedimentos metodológicos, saber aplicar métodos e técnicas ou simplesmente transmitir conteúdo.

Franco (2009), define o fazer e o saber pedagógico para ela o primeiro é uma atividade mecânica, linear, inflexível e repetitiva sem articulação, teoria e prática, não requer um sujeito pensante e reflexivo. Já o saber implica uma prática reflexiva comprometida com os sentidos e com a intencionalidade. “na práxis sujeito e realidade dialogam, se transformam e são por ela transformados” os saberes não existem dissociados do sujeito, mas unido a ele, enquanto sujeito autônomo, consciente e criador. Para a autora, só a ação docente realizada como prática social pode produzir saberes. E conclui afirmando que:

Aquilo que antecede a possibilidade de produção de conhecimento sobre a prática são os saberes pedagógicos, que permitem ao sujeito colocar-se em condição de dialogar com as circunstâncias, de compreender as contradições de articular teoria e prática (Franco, 2009, p. 15)

Portanto, nessa articulação teoria e prática é possível criar na práxis conhecimentos na condução e transformação das mesmas ações. Saviani (2007) explica a prática pedagógica a partir das concepções de educação para ele existem duas grandes tendências pedagógicas: a primeira seria composta pelas concepções pedagógicas que dariam prioridades sobre a prática, a segunda tendência compõe-se das concepções que subordinam a teoria à prática. No primeiro grupo estariam as diversas modalidades tradicionais, que centra a preocupação nas teorias do ensino, no segundo grupo as diferentes modalidades da pedagogia nova, a ênfase é posta nas teorias da aprendizagem.

Segundo Saviani (2007), existe um dilema a ser resolvido com essas tendências entre teoria e prática, para ele as tendências tradicionais o problema se fundamenta pela pergunta de “como ensinar” cuja a resposta consistia na tentativa de se formular métodos de ensino, já na segunda tendência o problema fundamental se traduz pela pergunta “como aprender o que levou a generalização do lema aprender a aprender” (Saviani, 2007, p. 104)

As concepções tradicionais pautavam-se pela centralidade na instrução, o professor era o responsável por transmitir conhecimentos acumulados pela humanidade, a prática era determinada pela teoria que a moldava e o método de ensino era o intuitivo. Nas correntes renovadas (Escola Nova, Pedagogias não Diretivas, Pedagogia Institucional e o Construtivismo) a centralidade é o aluno, concebe a escola como um lugar aberto à iniciativa do aluno que interagindo entre si

e o professor realizam a própria aprendizagem e constroem seus conhecimentos. O eixo do trabalho pedagógico deixa a compreensão intelectual para a atividade prática, essas pedagogias se caracterizam da prática à teoria (Saviani, 2007).

Ainda sobre essas duas grandes tendências Saviani, relata que elas nos levam “a uma verdadeira aporia teórica” se revelam coerente, mas aparentemente se excluem mutuamente, para ele a oposição entre elas decorre das ênfases distintas com que cada uma delas lida, os vários elementos integrados do processo pedagógico. A primeira tendência tem ênfase na teoria, reforça o papel do professor detentor do conhecimento; a segunda tendência, a renovada, instala a ênfase na prática, reforça o papel do aluno, que só pode aprender na atividade prática. Saviani (2007) conclui:

No entanto, admite-se mais ou menos consensual que tanto a teoria como a prática é importante no processo pedagógico, do mesmo modo que esse processo se dá na relação professor-aluno não sendo, pois, que a teoria e prática, assim como professor e aluno são elementos indissociáveis do processo pedagógico (Saviani, 2007, p. 105).

O conhecimento do professor sobre as teorias de aprendizagem fundamenta sua prática dando o suporte para refletir sobre ações desenvolvidas em sala de aula, teoria e prática são indissociáveis, ou seja, devem caminhar juntas, a interação entre teoria e prática é essencial para o desenvolvimento de uma prática pedagógica efetiva. A prefeitura de Fortaleza incentiva o trabalho pedagógico de rede com a corrente teórica Sociointeracionista de Vygotsky cuja abordagem pedagógica prioriza a relação social e cultural do indivíduo com o meio que está inserido este tem participação ativa no processo de ensino-aprendizagem.

Para Moreira (1999), é na interação social que deve se caracterizar o ensino, o professor é o participante que já internalizou significados socialmente compartilhados para os materiais educativos do currículo. É, portanto, na interação social que acontece a transmissão dinâmica do conhecimento histórico e culturalmente construído. Nessa perspectiva de interação social é que a prática pedagógica é recomendada a acontecer dentro do Projeto Aprender Mais, assim como é desenvolvida em toda a rede de ensino, sendo que no Projeto Aprender Mais as atividades são desenvolvidas por monitores, nomeados como facilitadores e mediadores.

Nesse contexto, os Mediadores da Aprendizagem são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de acompanhamento pedagógico de língua

Portuguesa, Matemática, e Introdução em Programação. Os Facilitadores de Aprendizagem são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de Artes, Esporte e Lazer, Cultura, Educação Patrimonial, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Todos os monitores, assim como os professores têm formação para desenvolver o trabalho pedagógico e são orientados a desenvolverem o mesmo conteúdo que o professor do ensino regular, sendo que a função do monitor é reforçar a aprendizagem já trabalhada em sala pelo professor. (Fortaleza, 2023, p. 33)

Fazendo uma reflexão sobre reforçar o conteúdo que o aluno já recebeu do professor e irá assistir de novo com o monitor é necessário que seja uma atividade lúdica com interação, dinamismo e não uma prática repetitiva centrada apenas em conteúdos estáticos, é importante que o monitor seja criativo e oportunize aos alunos além da interação com seus pares, também faça uso de tecnologias, jogos e brincadeiras que motivem o aluno a aprender.

Para tanto, é importante a parceria entre professor e monitor, visto que o monitor não tem a formação acadêmica que o professor tem da universidade em que se apropriou de teorias, técnicas de ensino, além de estágio, alguns ainda contam com muitos anos de experiência, essa não é a realidade do monitor que entra na rede como voluntariado muitos com apenas o ensino médio e sem experiência de sala aula, o que torna a formação desses extremamente importante para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

## 5 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção tem como finalidade apresentar as principais etapas desenvolvidas na pesquisa, compreendendo que é um trajeto constituído por partes, onde se buscou encontrar o resultado do problema que inspirou a mesma, e partindo da pergunta, qual a contribuição do Programa Aprender Mais para a melhoria da qualidade do ensino? E de posse do questionamento e das etapas definidas a pesquisa foi realizada com todo rigor.

Segundo Minayo (2017), toda investigação surge de uma questão, um problema, uma pergunta, ou uma dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimento anteriores ou de demanda a criação de novos referenciais. Para Gil (2023), a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema

Ainda segundo Gil (2023), há muitas razões que determinam a realização de uma pesquisa e podem ser classificadas em dois grandes grupos: razões de ordem intelectual e razões de ordem prática. As primeiras decorrem do desejo de conhecer pela alegria de conhecer, a segunda diz respeito ao desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficiente. Esta pesquisa se insere nesses dois grupos, pois houve satisfação por parte da autora no desejo de conhecer e o segundo pela contribuição que a pesquisa deixará para o Programa. Seguem as etapas que foram desenvolvidas durante todo o percurso.

### 5.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa se caracterizou como exploratória, que são aquelas desenvolvidas em áreas onde há pouco conhecimento acumulado e tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito (Vergara, 2010; Gil, 2002), a escolha dessa abordagem foi definida por se tratar de uma política pública recente com apenas três anos (3) para Oliveira (2018) esse tipo de pesquisa é indicada quando o tema é pouco explorado. É o caso do Projeto Aprender Mais que começou a ser desenvolvido no ano de 2019, ainda não constatado nenhuma pesquisa sobre ele. Marconi e Lakatos (2017, p.204) definem a

abordagem exploratória como investigação de caráter empírico cujo objetivo é a formulação de questão ou problema com tripla finalidade:

- a. descrever hipótese;
- b. aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa mais precisa;
- c. E modificar e clarificar conceitos.

Segundo os conceitos já elencados e buscando encontrar a resposta para o problema, essa pesquisa se configurou como de campo, ao proporcionar uma familiaridade maior com o objeto de estudo, para Marconi e Lakatos (2017) a pesquisa de campo se encarrega de conseguir informações e conhecimento sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, ainda segundo os autores a primeira fase do estudo é a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Para Minayo (2014), quando a pesquisa é empírica (e não apenas documental) o pesquisador precisa dedicar tempo aos critérios de escolha dos locais ou do local, buscando justificar a seleção do espaço.

Neste caso, a escolha do local se justifica pelo conhecimento que a autora tem do ambiente a ser pesquisado e pelo conhecimento dos atores envolvidos, o que corrobora para uma aceitação da participação deles. O objeto de estudo é o Programa Aprender Mais Escola, que é desenvolvido nas escolas municipais de Fortaleza como uma proposta de tempo Integral e reforço de aprendizagem, o campo se trata da Escola Municipal José Carlos Matos, (EMJCM) situada na rua Itajaí, 802 no bairro da Granja Portugal, periferia de Fortaleza. A instituição atende 437 alunos nos turnos matutino e vespertino, contemplam anos iniciais do fundamental (1º ao 5º ano) divididos em: três turmas de 1º ano, três turmas de 2º ano, duas turmas de 3º ano, três turmas de 4º ano e três turmas de 5º ano.

A escola ainda contempla a educação infantil com: duas turmas de infantil 4 e quatro turmas de infantil 5. O objeto de pesquisa se refere às turmas de 1º e 2º anos, embora o Projeto Aprender Mais atenda todo o fundamental a pesquisa tem como foco único as turmas do ciclo de alfabetização (1º e 2º anos)

Para desenvolver a pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa por ser a mais indicada para desvelar processos sociais pouco conhecidos referentes a grupos particulares, por se caracterizar pela empiria e sistematização progressiva do

conhecimento e do processo em estudo (Minayo, 2014), a autora ainda define esse pressuposto como sendo “um método que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos sentem e pensam” (Minayo, 2014, p. 57) sendo assim, a pesquisa qualitativa se aplicou a este estudo, pois está inserida nesse contexto de interpretações que não podem ser quantificados.

Finalizando a etapa de caracterização, apresenta-se o quadro com o processo de desenvolvimento da pesquisa relatando todo o trajeto desenvolvido.

Quadro 8 - Processos da pesquisa

ETAPAS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO
Formulação do problema	Aprimorado após as disciplinas obrigatórias
Definição do campo	Escola Municipal José Carlos Matos
Objeto de estudo	Projeto Aprender Mais Escola
Definição da amostra	Professores das turmas de alfabetização e monitores do programa
Coleta de Dados	Questionário e observação
Análise de dados	Análise de conteúdo
Elaboração final	Concluída

Fonte Elaborado pela autora, (2024).

De acordo com as etapas do quadro (7) na próxima seção apresenta-se como resultou a coleta de dados, análise de dados e a elaboração final.

## 5.2 Definição do universo e seleção da amostra

De acordo com Vergara (2010), amostra ou população amostral, é um universo escolhido segundo algum critério de representatividade. Gil (2023) Versa que quando o universo da investigação é geograficamente concentrado e pouco numeroso, convém que sejam pesquisados todos os elementos.

Desta forma, o universo desta pesquisa são todos os professores e monitores que atendem as turmas de 1º e 2º anos da EMJCM, a instituição escolar é

composta por dezoito (18) professores, sendo 11 de maior carga horária e polivalente, cinco (5) de menor carga horária também polivalente e dois (2) educadores físicos, mas apenas cinco professores desse universo pertencem as turmas de 1º e 2º anos e desses, quatro são professores de maior carga horária ( responsáveis pelo letramento), o Projeto Aprender Mais é constituído de quatro (4) monitores e um (1) articulador/coordenador.

Todos os professores são pedagogos, já os monitores apenas um (1) tem graduação, sendo em serviço social, os demais possuem o ensino médio completo, que corresponde ao requisito exigido no programa.

O critério de representatividade atribuído para a determinação da amostra foi devido ao público está ligado à alfabetização dos alunos, os monitores que trabalham com o programa são os sujeitos da pesquisa e os professores foram selecionados para compor esse universo porque seus alunos são atendidos pelo programa, sendo eles as principais pessoas que podem dar uma devolutiva, afirmando ou não os resultados do Projeto Aprender Mais. Visando um melhor entendimento foi elaborado o quadro com os sujeitos da pesquisa.

Quadro 9 - Composição da amostra de participantes da pesquisa

PROFESSORES	TURMAS	TURNOS
P1	1º A e 1º B	Manhã e Tarde
P2	1º A	Tarde
P3	2º A	Manhã
P4	2º B e 2ºA	Manhã e Tarde
M(A)	1º A e B	Manhã e tarde
M(B)	2º A e B	Manhã e tarde
M(C)	2º A	Manhã e tarde
M(D)	1º A e B	Manhã e tarde
ARTICULADORA	Todas as turmas	manhã e tarde

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Como citado anteriormente, participaram da pesquisa os quatro (4)

professores do ciclo de alfabetização e cinco (5) mediadores ou monitores como são chamados normalmente na escola, a articuladora é um monitor que exerce a função de coordenação do programa.

### **5.3 Coleta de dados**

Coleta de dados é a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos e das técnicas selecionadas, Marconi e Lakatos (2017), para a coleta de dados foi selecionado o questionário e a observação, pois compreende que ambos correspondem aos objetivos da investigação. Segundo Gil (2023) a elaboração do questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em questão, seguindo essa afirmação do autor assim foram realizados.

Para Gil (2023), a técnica de observação pode assumir pelo menos três modalidades: espontânea, sistemática e participante, nesta pesquisa se utiliza a espontânea, onde o pesquisador permanece alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observando os fatos que ocorrem. Gil (2023), essa técnica foi importante para observar a prática pedagógica do monitor que corresponde a um dos objetivos dessa pesquisa. Marconi e Lakatos (2017) versa que a observação é um elemento básico da investigação científica, utilizado na pesquisa de campo e se constitui na técnica fundamental da Antropologia. No âmbito escolar a observação tem importância fundamental na compreensão e transformação dos processos de ensino e aprendizagem e na pesquisa contribuiu para aprofundar relatos e dados dos sujeitos.

### **5.4 Análise dos dados**

Para Minayo (2014), existem três modalidades de análise, a de Conteúdo, de Discurso e a Hermenêutica-dialética. Esta pesquisa desenvolveu a de conteúdo. Que para a autora “ultrapassa o nível de senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcança uma vigilância crítica frente à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observações” (2002,p.203). Dessa forma, o pesquisador recebe as mensagens coletadas por meio do instrumento de coleta de dados, no caso desta pesquisa, o questionário e da técnica

de observação e analisa tirando das mensagens conhecimento sobre o objeto de estudo. O questionário foi aplicado com os professores e monitores das turmas mencionadas, a observação aconteceu no ambiente de aula realizada pelos monitores.

Segundo Minayo (2014), existem várias modalidades de análise de conteúdo, dentre as quais: a análise Lexical, análise Expressão, análise de relações, análise de Temática e análise de Enunciação. No entanto, foi escolhida a temática por ser apropriada para as análises qualitativas. A análise temática aborda a ideia de tema, que está conectado a uma afirmação sobre um determinado assunto. Segundo Minayo (2014), a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objeto analítico visado.

Para Bardin (2016), a análise temática é a contagem de um ou vários temas ou item de significação, conceitua como um recorte do conjunto das entrevistas por meio de uma grade de categorias projetadas. De acordo com a Minayo (2014), operacionalmente a análise temática desdobra-se em três etapas: Pré-análise Exploração do Material e Tratamento dos resultados obtidos.

Segundo Bardin (2016), análise de conteúdo organiza-se em três polos cronológicos:

- a. Pré- análise;
- b. A exploração do material;
- c. O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A Pré-análise corresponde ao período que tem por objetivo “sistematizar as ideias iniciais de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (Bardin, p. 122, 2016). Dessa forma, a princípio foi realizado um levantamento bibliográfico que embasasse o referencial teórico, assim como uma relação de leis e documentos da política analisada, com a mesma intenção.

Após essa pesquisa de material correspondente ao objeto estudado foi realizado a Leitura Flutuante que significa o primeiro contato com esses textos as primeiras análises e reconhecimento do mesmo. Após essa etapa, segue para a Exploração do material que Bardin (2016) descreve como uma “fase longa e fastidiosa, que consiste em codificação, decomposição ou enumeração em função

de regras previamente formuladas” Minayo (2014, p. 317) trata dessa fase como “uma operação classificatória que visa alcançar o núcleo de compreensão do texto” ou seja o pesquisador “busca encontrar as categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado”.

Nessa fase foi realizada a observação da prática pedagógica e a realização dos questionários dos monitores e professores de posse desses resultados foi analisado para a elaboração das categorias de análise. Para Minayo (2014, p. 178) “categorias são conceitos classificatórios, que se constituem como termos carregados de significação, por meio dos quais a realidade é pensada de forma hierarquizada”. Após a verificação dos questionários foi elaborado as categorias de análise. A seguir Tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

## 6 PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

Como mencionado anteriormente, essa pesquisa realizou-se na escola municipal de Fortaleza José Carlos Matos, com o objetivo de avaliar a política pública Aprender Mais e tendo como sujeitos os monitores que desenvolveram o programa no ano de 2023 e os professores das turmas regulares de 1º e 2º anos (do mesmo ano letivo) que frequentaram o programa no contraturno. Participaram da pesquisa quatro mediadores (4) um (1) articulador e quatro (4) professores das turmas já referidas.

Os instrumentais de pesquisa utilizados foram o questionário e a observação espontânea, o questionário formado de 16 questões, sendo as cinco primeiras de identificação do grupo (idade, sexo, escolaridade e experiência profissional) o 2º grupo de perguntas envolvia formação, planejamento e conhecimento dos documentos que regem a prática pedagógica, (com seis perguntas) e o último grupos se referia ao programa Aprender Mais com cinco questionamentos.

A observação espontânea aconteceu em sala de aula dos monitores enquanto esses ministravam, esse momento foi muito valoroso para amparar respostas dadas nos questionários e análise finais. Para o tratamento dos dados, foram citadas as falas e analisado o conteúdo de acordo com as categorias de análise a seguir:

- a. Formação acadêmica e Profissional do mediador;
- b. Prática Pedagógica: Planejamento e orientação da escola;
- c. Contribuição do projeto Aprender Mais na leitura e escrita das turmas de 1º e 2º ano;
- d. Análise da Política Pública Aprender Mais.

### 6.1 Formação acadêmica e profissional do mediador

Quadro 10 - Categoria de análise por unidade de registro

<b>1 Categoria de análise</b>	<b>Formação acadêmica e profissional do mediador</b>
-------------------------------	--

Unidades de registro Retirada do conteúdo do Questionário (palavra tema)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino médio</li> <li>• Graduação</li> <li>• Menos de um (1) ano de experiência</li> <li>• Voluntário</li> <li>• Não tem formação Continuada</li> <li>• Tem formação continuada</li> </ul>
---	---

Fonte: Elaborado pela autora, (2024).

Quadro 11 - Perfil do Mediador Voluntário

IDENTIFICAÇÃO	SEXO	IDADE	INSTRUÇÃO	EXPERIÊNCIA	SITUAÇÃO TRABALHISTA
Mediador A	F	23	Médio	1 ano	Voluntário
Mediador B	F	30	Médio	6 anos	Voluntário
Mediador C	F	25	Graduada	1 ano	Voluntário
Mediador D	M	22	Médio	1 ano	Voluntário

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Percebe-se pelo perfil dos monitores do projeto que se trata de pessoas bem jovens, recém-saídas do ensino médio e com pouca experiência na área pedagógica, na realidade dos quatro, apenas uma com experiência, pois como responderam o questionário no fim do projeto, o ano de experiência se refere a 2023. Um questionamento se atribui a essa situação, é que como os monitores só podem ficar um ano no projeto e a exigência mínima é o ensino médio existe uma grande possibilidade de sempre estar selecionando pessoas jovens e sem experiência.

Embora o programa justifique que os monitores desenvolvam suas tarefas em parceria com o professor e esse instruindo o monitor a desenvolver as atividades, além do articulador do programa que é uma espécie de coordenador, mas também monitor com ensino médio e jovem, e gestão da escola apoiando todo o processo, ainda assim o projeto é executado por pessoas com pouca capacitação.

Respostas dos monitores sobre formação em serviço:

Mediador 1: Não tenho formação continuada, apenas algumas formações no ano oferecida pela SME e distrito de educação  
 Mediador 2: temos algumas formações no ano, mas não é

continuada.

Mediador 3 Fui a duas formações esse ano também tive uma online Mediador 4: Não tenho formações continuadas.

Articuladora:

Nós tivemos algumas formações no ano passado com os técnicos do distrito de educação, mas não é formação continuada.

Quadro 12 - Perfil do Professor

IDENTIFICAÇÃO	SEXO	IDADE	FORMAÇÃO	EXPERIÊNCIA	SITUAÇÃO TRABALHISTA
P1	F	50	Pós-Graduação	5 anos	Estatutária
P2	F	49	Pós-Graduação	9 anos	Estatutária
P3	F	38	Graduação	5 anos	Contratada
P4	F	50	Pós-Graduação	20 anos	Estatutária

Fonte: Elaborado pela autora, (2024).

Quando perguntado aos professores sobre formação continuada:

Professor 1 todo professor da prefeitura de Fortaleza tem formação continuada uma vez ao mês, sempre no dia do nosso planejamento. Professor 2 Temos direito a formação em serviço, a formação foi um direito conquistado pelo professor que possibilita estarmos sempre nos aperfeiçoando e refletindo sobre o fazer pedagógico.

Professor 3: utilizo as orientações das formações em sala de aula.

Professor 4: A formação continuada possibilita a troca de experiências com o professor da mesma série inclusive de outras escolas, nesses encontros podemos perceber como os colegas estão trabalhando a leitura de alunos com dificuldade e aprender com o outro.

### Observação da pesquisadora

Solicitei à articuladora algum registro de formação que mostrou informações no caderno, esse registro corresponde a uma formação online que tiveram ministrada por técnicos do distrito de educação, a mesma articuladora não soube informar o dia que aconteceu, mas disse que foram assistir na escola e que nesse dia os alunos foram todos dispensados para que todos participassem desse momento.

## Análise

Ressaltando o que diz os editais de contratação dos mediadores, facilitadores e articuladores para atuar no Projeto Aprender Mais no tópico Formação, o edital nº 35/2023 que se refere às atribuições dos mediadores e facilitadores destaca: no ponto 2.2.1 que é função do mediador de aprendizagem participar das formações em serviços realizadas pela SME/ Distrito de Educação (p.02) O mesmo edital traz como exigência mínima para compor o quadro de voluntário apenas o ensino médio e podendo permanecer no programa por apenas um (1) ano.

O documento da SME, Política de educação em tempo integral de Fortaleza Programa Aprender Mais nas páginas trinta e três e trinta e quatro também aborda esse tema atribuindo como encargo do mediador e articulador participar das formações em serviço ofertadas pelos órgãos SME/Distrito de educação. Para os professores da educação básica o artigo 61 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 assegura que todos os educadores possuam formação específica de nível superior obtida em licenciatura na área de conhecimento em que atuam (Brasil, 2014)

A mesma Lei no artigo 62 trata da formação dos profissionais em educação, destaco alguns parágrafos

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

O artigo 13 da LDB em harmonia com o artigo 62 sobre formação

profissional da educação refere-se que a formação deve ser em serviço junto com seus pares compartilhando trocas de experiências. Esse também foi um compromisso do PAIC + em 2011 quando estendeu o programa para todos os 184 municípios e entre outras obrigações ficava acordado que esses deveriam se responsabilizar pela formação continuada em serviço dos professores cearenses.

A pesquisa constatou que todos os professores da rede de educação de Fortaleza tem o direito a formação em serviço junto com seus pares, o mesmo não acontece com os monitores esses não têm uma formação contínua e como os monitores na maioria tem apenas o ensino médio e pouca experiência essa formação possibilitaria uma oportunidade de capacitar melhor esses voluntários para as suas devidas oficinas principalmente de letramento e matemática que é o foco da pesquisa.

## 6.2 Prática pedagógica: Planejamento e orientação da escola

Essa categoria se refere a três perguntas: Você tem orientação da escola de como desenvolver seu trabalho em sala de aula? Conhece os documentos que orientam sua prática pedagógica? Tem horários e dias de planejamento das atividades pedagógicas?

Quadro 13 - Categorias de análise por unidade de registro

2.Categoria de análise	Prática pedagógica: Planejamento e orientação da escola
Unidades de registro identificadas no conteúdo dos questionários (palavra-tema).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos digitais</li> <li>• BNCC</li> <li>• Planejamento</li> <li>• Orientação por parte da escola</li> <li>• Disponibilização de livros</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora, (2024).

Mediador 1: A escola nos orienta que devemos fazer o reforço de acordo com o conteúdo dos professores, sobre o planejamento nos organizamos entre nós para elaborá-lo.

Mediador 2: seguimos de acordo com o trabalho do professor e combinamos os dias para planejar na escola.

Mediador 3: Desenvolvemos as atividades de acordo com o trabalho do professor, as atividades do Aprender Mais é um complemento.

Mediador 4: Temos orientação e disponibilidade de livros pedagógicos, inclusive a BNCC.

### **Articuladora**

As práticas pedagógicas dos mediadores seguem, a orientação da escola, todos os meses os professores repassam para os mediadores o conteúdo a ser reforçado naquele mês, no caso dos alunos do 1º e 2º ano os mediadores recebem o resultado da avaliação mensal das crianças e trabalham em sala de acordo com a dificuldade de cada uma.

Verifica-se pelas respostas dos monitores que eles planejam, mas não há encontro entre professor e monitor, este recebe apenas o comando para executar, no caso, o reforço do conteúdo, o articulador faz a ponte entre monitor e professor, e conseguem alcançar o objetivo que é receber os conteúdos do mês por parte dos professores, porém se houvesse o encontro poderiam trocar conhecimentos e resultar em aprendizagem para todos os envolvidos.

### **Observação da pesquisadora**

Na primeira observação, presenciei que os mediadores tinham uma pasta com o planejamento mensal e um instrumental de conteúdo. Em uma conversa com a articuladora, ela explicou que no início de cada mês entrega essa planilha aos professores e os mesmos preenchem colocando o conteúdo a ser reforçado pelos mediadores, assim como entrega também os resultados das ADR (Avaliação Diagnóstica de Rede) dos alunos de 1º e 2º ano.

Os alunos têm reforço em uma sala no pátio superior da escola geralmente são agrupados em quatro nesse mesmo espaço trabalham com jogos de letramento e o mediador caminha entre as mesas auxiliando nas atividades lúdicas, em um outro momento realizavam atividades da lousa e a mediadora faziam audição de leitura com outra criança.

Em um segundo dia da observação, vi que uma monitora planejava sozinha no cantinho da sala enquanto os alunos realizavam atividades com outro mediador na mesma sala, Quando perguntado à articuladora sobre essa ação de planejar no horário que deveriam estar com as crianças a articuladora, responde que foi um acordo entre eles, que nem sempre faz assim, e que a gestão da escola não apoia essa prática, inclusive já foram chamada atenção sobre isso, porém ainda não

tenham encontrado outro momento para realiza-lo, ainda justificou que alguns mediadores conseguem planejar em casa.

### **Resposta das Professoras**

Professora 1: Recebemos a orientação na formação em contexto conheço e utilizamos todos os documentos referentes a prática pedagógica como a BNCC e planejamos semanalmente.

Professora 2: Tenho orientação da coordenação Pedagógica, planejo toda semana

Professora 3: Temos planejamento e orientação da escola para acompanhar o desempenho do aluno. Sobre os documentos, BNCC e PPP.

Professora 4: Na formação em contexto, utilizamos todos os documentos principalmente a BNCC E DCRC e planejamos semanalmente.

### **Análise**

Essa categoria de análise foi dedicada à prática pedagógica, tanto na observação como na fala dos monitores e professores é possível verificar como ambos falam do planejamento escolar, planejar é indispensável em qualquer situação da vida humana, tudo requer um planejamento, e quando se trata de educação escolar é indispensável para o professor ou mediador dentro da sua prática não ter um planejamento ou tempo para realizá-lo, A LDB, Lei 9.394/96 garante aos professores direito ao planejamento em serviço e complementa afirmando que é responsabilidade da instituição destinar período para o professor dentro da sua carga horária de trabalho.

O documento que rege a política do Aprender Mais não trata do planejamento em serviço para o mediador, facilitador ou articulador, no edital nº35/23 destaca como uma das atribuições do facilitador:

IV - Planejar e executar as atividades escolhidas em sintonia com as habilidades e necessidades dos estudantes considerando os objetivos do Programa, sobretudo no que se refere à melhoria da aprendizagem.

Mesmo trazendo a função de planejar, o edital não explica em que momento o facilitador vai desenvolver essa ação, subentende-se que seja no seu domicílio ou na escola depois de ministrar suas oficinas.

Seja para o professor ou mediador, o planejamento é imprescindível na sala de aula, é por meio desse instrumento que o professor planeja a rotina do dia,

como os objetivos a serem alcançados naquele momento. Sem um planejamento a aula se transforma em improviso, e compromete o tempo pedagógico do aluno.

Para Libaneo (1994), o planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui atividades didáticas, objetivos propostos, revisão e adequação no decorrer do processo de ensino, é no planejamento que se organiza todos os recursos a serem utilizados em sala, que se faz uso do material que orienta a prática pedagógica como os documentos BNCC e DCRC além das propostas pedagógicas da rede escolar que embora esteja disponível em link de fácil acesso, a escola tem impresso, no caso do Aprender Mais, o mediador tem as orientações da prática em um documento disponibilizado pela SME em maio de dois mil e vinte três, que segundo a articuladora foi repassado para os mediadores, porém não foi lembrado de citar no questionário.

O que se percebe na prática pedagógica do mediador é que esse executa sua tarefa de voluntário conforme foi orientado, tem a intencionalidade do que precisa alcançar, mas há poucos momentos para eles refletirem sobre essa prática, para Franco (2012), a prática pedagógica requer pelo menos dois movimentos o da reflexão crítica de sua prática e consciência da sua intencionalidade que presidem suas práticas. Acredito que o mediador consiga dar conta de um movimento, já a reflexão da prática pedagógica pode até acontecer, porém, individualizada, sem seus pares.

### **6.3 Contribuição do Programa Aprender Mais na leitura e escrita das turmas de 1º e 2º ano**

Pergunta: Você acredita que o programa contribui para a aprendizagem do aluno? Como constatou o avanço?

Quadro 14 - Categoria de análise por unidades de registros

<b>3 Categoria de análise</b>	<b>Contribuição do Programa Aprender Mais na leitura e escrita das turmas de 1º e 2º ano</b>
-------------------------------	--

<p>Unidades de registros identificadas no conteúdo do questionário (palavras-tema)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não sabiam nem as vogais e em alguns meses já estavam lendo palavras e frases completas.</li> <li>• Conseguiram adquirir conhecimento e aprendizagem</li> <li>• Evolução dos alunos na leitura e escrita</li> <li>• Aprenderam a fazer frases com palavras complexas</li> </ul>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora, (2024).

Mediador 1: No dia a dia percebi que os alunos foram se desenvolvendo na leitura e escrita foram capazes de fazer treino ortográfico de frases com palavras complexas.

Mediador 2: Não sabiam nem as vogais e em alguns meses já liam palavras de três sílabas.

Mediador 3: A maioria das crianças chegam com alguma dificuldade em leitura e escrita e em poucos meses a gente vê os avanços.

Mediador 4: A gente percebe o avanço através das atividades que com o passar dos dias eles vão aprimorando nas leituras e escritas.

## Professores

Professor 1: Através das avaliações diagnóstica em sala de aula.

Professor 2: Nas atividades de sala de aula, leitura, jogos e palavras etc.

Professor 3: Foi fundamental para ampliar as capacidades de leitura e escrita das crianças que participavam do programa.

Professor 4: Percebi nas atividades de alfabetização realizadas em sala que a criança que frequenta o projeto tem uma evolução melhor, porque frequenta a escola nos dois turnos, muitas vezes a família não sabe ler.

## Articuladora

Sempre no final de cada avaliação diagnóstica realizada pelos professores, nós monitores nos reunimos com a gestão da escola que passa para gente esse resultado dos alunos e a gente percebe o avanço de um mês para o outro é claro que tem o trabalho do professor em sala de aula, mas eles mesmos comenta que o aluno que participa do projeto tem um desempenho melhor na leitura e escrita.

## Observação da pesquisadora

Algumas observações aconteceram no turno da manhã outras à tarde, verifiquei que o turno da tarde sempre tinha mais alunos do que o turno da manhã, o que se confirmou quando pedi para ver os diários de classe, segundo as mediadoras as crianças que estudam de manhã nas salas regulares conseguem ir à tarde, mas as que estudam na sala regular a tarde não conseguem ir de manhã, provavelmente porque não acordam a tempo.

As turmas de 1º e 2º anos são avaliadas mensalmente pelos testes das quatro palavras, além de uma audição de leitura. Avaliação é conhecida na rede municipal de Fortaleza como ADR (Avaliação Diagnóstica de Rede)

Destaco que a pesquisadora teve acesso as ADRs realizadas e de posse desses instrumentos precisou voltar para falar com as professoras sobre os avanços apresentados, relato a fala de uma professora que diz ser fã do programa e conta que recebeu um aluno que, segundo a mãe, frequentou o 1º ano em uma escola particular e chegou na sala dessa professora no 2º ano sem reconhecer todas as letras do alfabeto, a professora descreve que acompanhava a frequência dessa criança todos os dias no contraturno e que a mesma aprendeu a ler com fluência bem mais rápido do que os alunos que não frequentavam, a mesma professora apresentou no momento dessa entrevista textos via WhatsApp de agradecimento da mãe da criança pelo desenvolvimento da leitura alcançada.

É importante informar que nem todas as crianças frequentam o projeto, segundo a articuladora que também faz o papel de ligar para as famílias de crianças faltosas, as mães relatam que não têm quem transporte a criança para a escola no contraturno e infelizmente, a escola não pode resolver esse problema.

### **Análise**

Para os alunos do 1º ano é bem comum no início do ano letivo chegarem com pouco conhecimento do mundo letrado, a educação infantil desenvolve esse período da criança na escola nos eixos da interação e brincadeira a criança pode ser envolvida na leitura e escrita, mas não é objetivo da prefeitura de Fortaleza que a criança de quatro e cinco anos se alfabetize nessa fase, sendo orientado aos professores uma dinâmica diferenciada do fundamental, sem exigências de letramento.

Outro ponto importante é que apesar da obrigatoriedade da educação infantil para criança de pré-escola quatro (4) e cinco (anos 5) as escolas de fortaleza ainda não conseguem matricular todas as crianças, existe uma fila de espera por uma vaga no caso da escola José Carlos Matos esse ano de 2024 tem duas (2) crianças de quatro anos esperando uma oportunidade de exercer o direito à educação.

Diante do exposto, dificilmente uma criança da rede chega no 1º ano

lendo, no caso da escola José Carlos Matos em 2023 das sessenta crianças matriculadas nesse ano nenhuma era leitora, o que explica a fala dos monitores quando relata que muitas crianças chegavam” sem conhecer nem as vogais”

Esse argumento da monitora evidencia uma prática tradicional que não retrata a política de alfabetização de Fortaleza, não é prioridade conhecer as vogais e sim oportunizar a criança o acesso a todas as letras em um contexto que tenha sentido para ela. A política de alfabetização do PAIC apresenta uma proposta de alfabetizar letrando onde a criança se apropria da leitura e escrita através de vários gêneros textuais, essa mesma recomendação se encontra no documento, Política de Educação em Tempo Integral de Fortaleza do Programa aprender Mais na (P.10), que orienta o ensino da língua portuguesa através da proposta do letramento.

Para Magda Soares (2003), a aprendizagem do sistema de escrita deve acontecer simultaneamente à aprendizagem dos usos sociais, o que vem de encontro com a orientação dos documentos Aprender Mais e PAIC de se alfabetizar oportunizando a criança o desenvolvimento da leitura e escrita através de experiências e vivências reais, assim ela explora a oralidade e escrita através dos diversos gêneros textuais

No 2º ano, a maioria das crianças já chega lendo, umas fluentes, outras silabando textos e algumas nos níveis mais elementares (lendo apenas palavras canônicas e em alguns casos sem reconhecimento de letras), assim como no 1º ano a escola também recebe alunos oriundos de outras escolas e outros municípios que chegam com déficit de leitura e escrita, essas crianças, assim como as demais são inseridas nas turmas do Aprender Mais e avaliadas em leitura e escrita. Após a avaliação, faz-se o diagnóstico real da turma e as intervenções desenvolvidas pelo professor da sala regular e reforçado pelo Projeto Aprender Mais.

#### **6.4 Análise da Política Pública Aprender Mais**

Perguntas: Qual a fragilidade do programa? Qual a importância dele para a escola?

Você gostaria de falar algo mais sobre o Aprender Mais?

Quadro 15 - categoria de análise por unidade de registro

<b>4 Categoria de análise</b>	<b>Análise da Política Pública Aprender Mais</b>
-------------------------------	--

<p>Unidades de registro identificadas no conteúdo dos questionários (palavras-tema)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvem a leitura e escrita</li> <li>• Projeto Maravilhoso</li> <li>• Precariedade no trabalho</li> <li>• Ajuda financeira menor que o salário mínimo</li> <li>• Parceria com o professor na aprendizagem do aluno</li> <li>• Perspectiva de escola integral</li> </ul>
---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Mediador 1: A importância desse projeto na vida das crianças é que elas desenvolvem a leitura e escrita, principalmente aquelas que não conseguem acompanhar o professor em sala de aula, para mim é um projeto maravilhoso que juntamente com o apoio da família obtemos resultado excelente.

Mediador 2: A fragilidade do programa é a forma precária do trabalho com os monitores, o valor mensal abaixo do salário mínimo e o corte do programa de forma inesperada antes do prazo do contrato e isso acaba afetando negativamente os monitores, alunos, pais e a escola de forma geral. É de grande importância o apoio que os monitores dão aos alunos, tanto na parte do ensino como no afeto que é construído ao longo do período.

Mediador 3: Acho que o programa poderia valorizar mais os monitores principalmente na ajuda de custo que é irrisória e que o contrato não acabe de repente sem termos concluído todo o planejamento desenvolvido para o período. O programa é importante porque contribui com os professores nas dificuldades do aluno e ainda facilita para aqueles pais que não tem onde deixar a criança no outro período.

Mediador 4: Vejo que uma das fragilidades do programa é a falta de espaço físico no meu caso tenho uma sala para trabalhar com os alunos do 1º ano, mas as monitoras de outras turmas não têm esse espaço, muitas vezes ficam no pátio, isso compromete o aprendizado. O programa é muito importante para a escola, pois com certeza ajuda no desempenho escolar dos alunos, também ajuda as famílias numa visão de escola integral.

## Articuladora

Como fragilidade o maior problema que tivemos foi o encerramento do programa de forma inesperada que causou transtorno para todos nós não conseguimos realizar as últimas atividades com as crianças e nem a festinha que já tínhamos combinado, foi muito triste para todos nós. O projeto é importante porque reforça os conteúdos dados pelos professores principalmente as crianças que têm mais dificuldade.

## Professores

Professor 1: A contratação que deve acontecer no início do ano letivo que por conta do atraso geralmente só no final de fevereiro faz com que os alunos fiquem sem reforço há quase um mês. É importante para a escola pois contribui com os professores na aprendizagem dos alunos.

Professor 2: A fragilidade é o valor financeiro que é repassado ao monitor, poderia ser melhor, O programa contribui com a aprendizagem das crianças principalmente as que chegam com um déficit de leitura, quando essas

frequentam o aprender mais se desenvolvem na leitura e escrita mais rápido. Professor 3: A descontinuidade, de repente os profissionais são desligados desorganizando todo o fluxo de aprendizagem que vinha sendo desenvolvido. A importância é o estímulo aos estudantes, o fortalecimento das habilidades coletivas e individuais das crianças.

Professor 4: Fragilidade é a falta de espaço, baixo salário dos monitores, encerramento do programa antes do prazo do contrato encerrar. A importância do projeto é o reforço escolar que contribui para a aprendizagem dos alunos e eles passam mais tempo na escola, onde tem uma alimentação e não estão em situação de risco no contra turno

### **Observação da pesquisadora**

Essa fragilidade mencionada com mais ênfase pelos monitores foi o encerramento do programa antes do período acordado no contrato, foi bem difícil para a escola, principalmente quando a gestão se reuniu para anunciar o fim do projeto que encerrou 15 dias antes do prazo, isso significou perda de custo financeiro o que já era pouco ainda diminuiu, e o sentimento de não valorização era nítido entre eles. Percebi que uma professora discretamente, um dia depois do encerramento do programa convidou todos os monitores na escola e os presenteou com alguns mimos que ela mesma comprou na tentativa de dizer que os professores se importam com eles e valorizam o “trabalho” que desempenham.

### **Análise**

Conforme os professores e mediadores o Projeto Aprender Mais tem contribuído significativamente para a educação dos alunos dessa unidade escolar, principalmente no que se refere a dinâmica do reforço escolar para as crianças de 1º e 2º anos, percebe-se o avanço da leitura e escrita por meio do diagnóstico dos alunos que frequentam o programa como também na fala dos professores do ensino regular, inclusive no relatório anual das crianças das referidas turmas o projeto é citado como fundamental para o aprendizado dos alunos.

Assim, segundo Secchi, política pública é uma diretriz para a resolução de um problema que seja eficiente e que garanta o maior retorno possível para a sociedade, nessa direção o Programa Aprender Mais atua nessa concepção de reforço para resolver um déficit de aprendizagem e contribui na perspectiva de escola integral.

As crianças que frequentam o programa aumentam a carga horária,

passando a permanecer na escola sete (7) horas, nesse acréscimo de três horas o aluno reforça os conteúdos, se alimenta, e fica protegido no ambiente escolar. De acordo com Cruz (2017, p. 9)

Avaliar uma política pública é a forma de mensurar e validar propostas que foram selecionadas para serem executadas em determinada política tendo por objetivos localizar falhas nos projetos para que possam ser corrigidos atribuir um valor

Como toda política pública o Aprender Mais precisa ser analisado para um possível aprimoramento e ser ressignificado principalmente por se tratar de uma política recente ainda em construção, apresentando fragilidades como citadas pelos monitores e professores, como a ajuda de custo, que embora o próprio edital nomeie como ajuda e destinado a transporte e alimentação, o recurso dependendo do número de turmas que o mediador assuma não é suficiente para esses gastos.

Outro ponto muito importante é o encerramento do contrato, segundo o edital 35/2023 no item doze (12) das disposições finais cita que a secretaria pode em qualquer tempo encerrar o programa sem ônus para as partes, destaco os pontos comentados desse edital, a saber:

8 - DO RESSARCIMENTO 8.1 O voluntário receberá um auxílio financeiro a título de cobertura de despesas com transporte e alimentação para o desenvolvimento das atividades de voluntariado, conforme a necessidade de cada instituição de ensino, e terá seu início contabilizado a partir da data de assinatura do Termo de Adesão ao Voluntariado e o término na data final do Ano Letivo vigente, ou a qualquer tempo a pedido do voluntário, não sendo autorizado o repasse da ajuda de meses retroativos.

12.2. A Secretaria pode, em qualquer tempo, de acordo com o interesse da administração pública, encerrar as atividades do voluntário sem qualquer ônus para ambas as partes.

Segundo o edital, o encerramento não traz nenhum prejuízo para as partes, infelizmente não foi o que aconteceu no relato dos mediadores e professores, o programa estava previsto no contrato para encerrar no dia 31/12/2023 sendo encerrado no dia 04/12/2023. Os mediadores no mês de dezembro concluem o projeto com a feira do JEEP (jovens Empreendedores Primeiros Passos) Programa em parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) onde todas as crianças do 1º ao 5º participam e no final do ano é realizado um evento aberto para toda comunidade escolar. No ano de 2023, os

mediadores e gestão da escola estavam concluindo a organização da Feira, as crianças fazendo decorações e finalizando as apresentações, quando a escola recebeu um comunicado que o projeto havia encerrado.

Ao contrário do que diz o edital, houve perdas para todos da escola: O aluno não concluiu as atividades programadas, o mediador não recebeu toda a ajuda de custo do Mês de dezembro como esperava e os professores ficaram angustiados com o ocorrido e só restava a solidariedade com os mediadores. A explicação desse fato segundo a secretaria de educação, foi porque a escola colocava as frequências dos alunos do projeto no sistema da prefeitura após o horário combinado que seria de manhã até às 9 horas e tarde às 15 horas, sendo que a articuladora responsável por inserir a frequência relata que nunca foi informada que o projeto seria cortado se a frequência passasse desse horário, essa informação não está no edital e a escola não sabia que o Aprender Mais seria cancelado por esse motivo, até porque o sistema de frequência estava aberto até as 17 horas.

Percebe-se um argumento frágil por parte da SME nessa ruptura do programa, essa explicação elaborada por eles para justificar o término do Aprender Mais não foi aceita por nenhum segmento da escola, porém todos acataram e encerraram o programa antes do prazo determinado no contrato dos monitores.

Apesar desse contratempo ocorrido na escola com o projeto, em nenhum momento o Aprender Mais foi retratado na pesquisa como algo ruim, o que a pesquisadora apurou através das análises de dados é que o programa realmente consegue alcançar os objetivos que se propõe, reforço escolar numa perspectiva de escola integral e de acordo com os monitores e professores das turmas iniciais o programa contribui, sim, com a aprendizagem desses alunos.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das dificuldades apresentadas por alunos de leitura e escrita vivenciadas pela pesquisadora no seu trajeto profissional como professora e coordenadora de escola pública surgiu o desejo de estudar políticas públicas, o Programa Aprender Mais se insere nesse contexto pela proposta que se fundamenta, reforço de leitura e escrita para os alunos da rede pública de Fortaleza e perspectiva de escola integral. Para conhecer as causas do fracasso escolar até os dias de hoje precisei aprofundar o conhecimento da história educacional brasileira desde os Jesuítas.

A partir da história da educação, foi possível perceber as causas do analfabetismo e a falta de qualidade no ensino, nunca foi fácil para a classe trabalhadora, muito menos para os negros garantir o direito a escola, o caminho foi longo e árduo, com pequenas conquistas a cada século, primeiro garantiu a universalização do ensino para depois pensar na qualidade. E através desse pensamento chega-se ao século XXI com alunos no 5º ano sem domínio de leitura e escrita. Nessa trajetória, o Programa Aprender Mais se destaca como apoio aos professores no processo de alfabetização incompleta nas escolas municipais de Fortaleza.

A pesquisa se propôs avaliar a política do Aprender Mais em uma escola de Fortaleza com o objetivo de verificar qual a contribuição do projeto na alfabetização das turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. Para obter essas respostas usamos a avaliação qualitativa, com o instrumento questionário e os sujeitos da pesquisa foram os monitores do programa e os professores das turmas citadas, além da contribuição da articuladora do programa e da observação em sala realizada pela pesquisadora, algumas vezes precisei voltar para a escola em busca de resposta que complementasse o questionário, infelizmente algumas respostas foram vagas, também contei com a diretora e secretária da escola para repassar alguns dados, assim como contribuir com algumas falas necessárias à pesquisa.

A escola que serviu de base para a pesquisa está situada no bairro da periferia de Fortaleza com 437 alunos matriculados no ano de 2023 desses cinquenta e quatro crianças no 1º ano e sessenta e nove no 2º ano nos turnos manhã e tarde, formando um total de 123 alunos, mas apenas sessenta poderiam frequentar o projeto, não há vagas para todas e nem a escola tem estrutura física

para comportar todos os alunos, visto que não é uma escola preparada para ser de tempo integral, mesmo com o número reduzido de crianças só 45 participaram, existe uma resistência do aluno frequentar o turno da manhã, apesar de todo aparato de busca ativa, ligações e visitas à família, ainda assim não se conseguiu trazer todos os alunos no ano de 2023 para o contraturno.

Para o aluno desenvolver as habilidades leitoras e escritas precisa está frequentando e ter boas aulas um dos tópicos dessa pesquisa se tratou da educação de qualidade e como alcançaria esse feito, as verbas são importantes, mas só elas não garantem aprendizagem, a pesquisa apresentou como modelo o exemplo do PAIC no Ceará, o PAIC tem uma estrutura organizacional que possibilita uma educação de rede estadual com material estruturado e formação contínua de professor, se apoia em teóricos como Magda Soares, que defende o uso social da leitura e escrita, essa mesma linha metodológica é aplicada no programa Aprender Mais pelos monitores. Com o intuito de observar essa metodologia, a pesquisadora propôs analisar a prática dos monitores das turmas de 1º e 2º ano. Dando início a segunda categoria de análise.

A primeira categoria trata da formação acadêmica do monitor, juntamente com a segunda, dão suporte para analisar o primeiro objetivo da pesquisa, analisar a prática do monitor do Programa Aprender Mais. A terceira categoria vai de encontro com o 2º objetivo da pesquisa, que é identificar as contribuições do Programa e por último, a 4º categoria análise da política pública Aprender Mais que também é o terceiro objetivo da pesquisa.

A primeira categorização dos monitores e professores foi importante para descrever se existia alguma relação entre a aprendizagem do aluno com o perfil do profissional em termos de formação ou experiência, a pesquisa constatou que os monitores a maioria jovens não possuem experiência de alfabetização e nem formação acadêmica para ministrar aulas, dos 4 monitores apenas um (1) tinha graduação, mas ainda assim não era pedagogia, formação adequada para se ensinar da educação infantil ao 5º ano.

Já os professores, eram todos formados na área, concursados ou selecionados também por meio de provas, embora sendo substitutos houve rigor na contratação, todos com experiência nos anos iniciais e com mais idade do que os monitores, o que fica evidente que são profissionais da educação e não estão apenas vivendo uma experiência como os monitores.

A segunda categorização, prática pedagógica do monitor, observou-se que na escola existe uma parceria entre professor e monitor com objetivos claros entre ambas as partes. Essa mediação entre eles é direcionada pelo articulador que também é monitor, mas que tem uma função específica de coordenar o programa na escola e ser o elo entre professor e monitor. Verifica-se que o monitor executa a função como foi instruído, repassando o conteúdo do reforço e usando as técnicas de letramento de como foi orientado pela gestão da escola e articulador, a falha nesse processo é que monitor e professor raramente se encontram, apenas em momentos festivos na escola, dessa forma o monitor reproduz as atividades sem nenhuma reflexão com os professores ou pares, perde-se oportunidade de troca de experiências, sugestão e devolutiva das aulas ministradas, ou seja, uma avaliação que contribuiria para a prática de ambos.

A terceira categorização faz uma análise da contribuição do Programa na leitura e escrita do aluno do 1º e 2º ano que frequenta o Aprender Mais, a criança que participa do Programa tem um acréscimo de mais três horas de aula, sendo que são aulas direcionadas consoante a dificuldade do aluno, o monitor que recebe a criança sabe exatamente em que nível de leitura e escrita o aluno se encontra e tem atividades apropriadas conforme o nível, a pesquisa constatou que o programa contribui, sim para aprendizagem do aluno; tem relatos registrados dos professores das turmas mencionadas, dos monitores e registros feitos em relatório dos alunos, onde o professor solicita aos pais a frequência do aluno no Programa.

A quarta categorização analisa a política do Aprender Mais, esse programa que foi implantado como substituição a outro programa, o Mais Educação, com os mesmos objetivos de tempo integral e reforço escolar, surge da necessidade de continuidade de reforço escolar que os alunos haviam perdido com o término do Mais Educação e vem atendendo aos alunos da rede de Fortaleza desde 2019, a pesquisa constatou a necessidade dessa política de reforço escolar na ampliação das horas escolares dos alunos, ou seja, no contraturno, analisando os questionários, os documentos do programa e ouvindo as partes envolvidas, pode se dizer que o programa alcança os objetivos propostos na sua implantação, porém é relevante destacar pontos de atenção observados na pesquisa:

a. A falta de horário para planejamento do monitor, o edital não contempla essa função tão importante do fazer pedagógico e esse não pode ser uma mera repetição de atividades;

b. A estrutura física da escola faltam ambientes adequados para ministração de aulas/oficinas;

c. Um único ano de voluntariado traz prejuízo de tempo para a escola, a gestão relata que os voluntários chegam sem experiência e que essa leva alguns meses para formá-lo e quando os monitores estão aptos, já tem que contratar novos, e sem experiência, porque a maioria está saindo do ensino médio;

d. O outro ponto é a ajuda de custo, por mais que os editais tragam que essa ajuda é para alimentação e transporte, o voluntário usa como fonte de renda, e por ser inferior ao salário-mínimo não atrai voluntários, algumas vezes o monitor aceita ser voluntário até conseguir um trabalho e quando consegue abandona o programa.

e. E finalmente, o encerramento do programa sem uma justificativa aceitável, desrespeitando o contrato e todos os envolvidos, principalmente aluno e monitores.

Para concluir é relevante enfatizar que esses resultados referem-se a uma única escola, sendo pertinente que outros estudos sejam desenvolvidos para avaliar a política em outras perspectivas ou ramificações do próprio projeto. Intenciona-se que, com base nessas observações registradas, que o programa Aprender Mais possa continuar se desenvolvendo como Política de escola Integral e proporcione às crianças e famílias de Fortaleza todo o aparato que o projeto precisa para funcionar com qualidade principalmente nas periferias.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, H. S. A implantação dos grupos escolares no Brasil nas primeiras décadas do século XX. **Saberes**: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação, n. 12, P. 208-224, 2015.

AQUINO, C. **Como aprender**: Andragogia e as Habilidades de Aprendizagem. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BALAKRISHNAN, R.; TOSCANI, F. **Como o boom das commodities ajudou a reduzir a pobreza e a desigualdade na América Latina**. IMF Blog, 2018.

Disponível em:

<https://www.imf.org/pt/Blogs/Articles/2018/06/21/blog-how-the-commodity-boom-help-ed-tackle-poverty-and-inequality-in-latin-america>. Acesso em: 13 maio. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: edições 70, 2016.

BEISIEGEL, C. R. A. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília: Livier Livro Editora, 2006.

BORGES, A. Burocracia, mercado e ideologia administrativa contradições da resposta conservadora à "crise de caráter" do Estado. **Dados**, v. 43, p. 119-151, 2000.

BRAATHEM, P. C. **Professora**: como ter sucesso no Ensino Superior. Viçosa: Aprender Fácil, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até à Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html). Acesso em: 04 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais\\_educacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf). Acesso em: 04 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal do Ministério da Educação**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 5 out. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 ago. 2020. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc108.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.html). Acesso em: 04 nov. 2023.

BRASIL. Campanha Nacional Pelo Direito À Educação. **Educação Pública de Qualidade: Quanto custa esse direito?**. 2. ed. São Paulo: Campanha Nacional Pelo Direito À Educação, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em Leitura, Matemática e Ciências no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-%20218175739/83191-pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura>. Acesso em: 13 maio. 2024.

CARRANÇA, T. **Oito dados que mostram impacto do bolsa família, que chega ao fim após 18 anos**. São Paulo: UOL, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/10/29/oito-dados-que-mostram-impacto-do-bolsa-familia-que-chega-ao-fim-apos-18-anos.htm>. Acesso em: 13 maio. 2024.

CARMO, E. Federalismo e Políticas Públicas Educacionais. **Espaço Público**, v. 3, p. 117–136, 2019.

CASTRO, A. J. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, São Paulo, v. 21, p. 1011-1042, 1 dez. 2012.

CEARÁ. Secretaria de Educação. **Regime De Colaboração para a Garantia do Direito à Aprendizagem: o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no Ceará**. Fortaleza: SEDUC, Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2012.

CEARÁ. Secretaria Da Educação. **Documento Curricular Referencial do Ceará: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Fortaleza: SEDUC, 2019. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2019/07/DCR-Vers%C3%A3o-Provisoria-de-Lan%C3%A7amento.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2024.

CEARÁ. Mais PAIC. **Mapas do 5º ano – Matemática**. Ceará: Mais Paic, 2023. Disponível em: <https://paicintegral.seduc.ce.gov.br/2023/01/17/5o-ano-matematica/>. Acesso em: 13 maio. 2024.

CEARÁ. Mais PAIC. **História do Programa PAIC Integral**. Ceará: Mais PAIC, 2022. Disponível em: <https://paicintegral.seduc.ce.gov.br/2022/04/13/historia-do-programa-aprendizagem-na-idade-certa-maispaic/>. Acesso em: 4 out. 2023.

CONCEIÇÃO, C. D. C. **Entendendo Avaliação de Políticas Públicas: Cartilha sobre Avaliação de Políticas Públicas Municipais**. Cachoeira, 2017.

COSTA, V. **Políticas públicas no Brasil: uma agenda de pesquisas**. Brasília, DF: IPEA, 2015.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada

para a Educação”?. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 423–460, ago. 2004.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas, Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2015.

ENQUITA, M.F. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. *In*: GENTILI, P. S. (org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2022.

EVANS, D. K. ; LOUREIRO, A. **Acertando a Educação: Sucesso Estadual e Municipal na Reforma para a Alfabetização Universal no Brasil** (Português). Washington, DC: Grupo Banco Mundial, 2020. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/678571593599867479>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FERREIRO, E. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 1999.

FONSECA, M. V. **A educação dos negros**: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: ESUSF, 2002

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 14233, de 15 de junho de 2018**. Cria o Programa Aprender MAIS e regulamenta a atividade de voluntariado no seu âmbito e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Fortaleza, 21 de junho de 2018. Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-14233-2018-fortaleza\\_361611.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-14233-2018-fortaleza_361611.html). Acesso em: 05 set. 2023.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 15558, de 17 de fevereiro de 2023**. Regulamenta atividade de voluntariado no âmbito do Programa Aprender MAIS e revoga o Decreto nº 14233, de 15 de junho de 2018. Diário Oficial do Município, Fortaleza.

FORTALEZA. Prefeitura de Fortaleza. **Política de tempo integral de Fortaleza Programa Aprender Mais**: Orientações Gerais para o Aprender Mais como eixo da Política de Educação em tempo Integral de Fortaleza - 2023. Fortaleza, 2023.

FRANCO, M. A. R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, n. 247, p. 534-551, 2016.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

FRANCO, M. A. S. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

FREIRE, M. **Educador**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FUENTES, N. **Estilos De Aprendizagem**. São Paulo: Reaprendentia, 2023.  
Disponível em: <https://www.reaprendentia.org/estilos-de-aprendizagem/>. Acesso em: 2 out. 2023.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2000.

GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. (org). **Neoliberalismo, qualidade total e educação visões críticas**. 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2022.

GHIRALDELLI JR, P. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. São Paulo: Manole, 2003.

GHIRALDELLI JR, P. **História de São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1990.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

GIL, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, O. M. T. Apresentação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 87, n. 217, p. 287-290, 2006.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Fazendo a Educação Dar Certo**: O Sucesso do Ceará e Sobral nas Reformas Educacionais para a Alfabetização Universal. Sobral: Secretaria de Educação, 2020.

HOFLING, E. M. Estado e Políticas Públicas Sociais. **Cadernos CEDES**, ano XXI, n. 55, p. 30-41, 2001.

ITAÚ SOCIAL. **Education Policy Outlook Brasil com foco em Políticas Internacionais**. São Paulo: Itaú Social, junho de 2021.

INSTITUTO UNIBANCO. **Financiamento da Educação Pública no Brasil**. São Paulo: Instituto Unibanco, 2019. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/especiais/financiamento-da-%20educacao-publica-no-brasil/>. Acesso em: 05 set. 2023.

KNOP, M.; COLLARES, A.C. M. A influência da origem social na probabilidade de concluir os diferentes cursos de ensino superior. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 2, p. 351-380, 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar, políticos, estruturas e organização**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, P. S. **Entrevista realizada em 2006**. São Paulo: Folha de São Paulo.

MINAYO, M. C. D. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. D. S. (org.). **Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MOREIRA, A. F. B.; KRAMER, S. Contemporaneidade, educação e tecnologia. **Educação & Sociedade**, v. 28, N. 100, p. 1037-1057, 2007.

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: Pedagógica e universitária, 1999.

NEVES, E. P. **Facilidades e dificuldades de alunos da Educação de Jovens e Adultos sobre o currículo de Matemática**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2020.

OLIVEIRA, J. F.; LIBÂNEO, J. C. A Educação Escolar: sociedade contemporânea. **Revista Fragmentos de Cultura**, v. 8, n. 3, p. 597-612, 1998.

OLIVEIRA, R. P. D.; ARAUJO, G. C. D.. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p. 5-23, 2005.

OLIVEIRA, A. F. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *In*: OLIVEIRA, A. F.; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. **Fronteiras da educação**: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiânia: PUC, 2010, p.93-99.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **Relatório Econômico de 2019**: Desafios Econômicos e Perspectivas. 2019. PAIC (Programa Alfabetização na Idade Certa). Site do PAIC. Disponível em: <http://www.paic.gov.br/>. Acesso em: 4 out. 2023.

PERES, C. A.; CASTANHA, A. P. Educação: do liberalismo ao neoliberalismo. **Educere et**, v. 1, n. 1, p. 233-238, 2006.

POLIZELLO, J. **Boom das commodities e exportações brasileiras**: Qual a relação entre eles?. São Paulo: Expori Jr. FGV, 2023. Disponível em: <https://www.exporijuniorfgv.com.br/post/boom-das-commodities-e-exporta%C3%A7%C3%B5es-brasileiras-qual-a-rela%C3%A7%C3%A3o-entre-eles>. Acesso em: 13 maio. 2024.

SANTOS, C. C. Educação, estudos pós-coloniais e decoloniais: Diálogos com a Lei 11.645/08. **Revista de Programa de Pós-Graduação em Relações Éticas e Contemporaneidade**, v. 3, n. 5, 2018.

SANTOS, S. L. O. **As políticas educacionais e a reforma do Estado no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, Niterói Rio de Janeiro, 2010.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Autores associados, 2013.

SAVIANI, D. **PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação**: Análise crítica da política do MEC. São Paulo: Autores associados, 2009.

SAVIANI, D. **Pedagogia**: o espaço da educação na universidade. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 99-134, 2007.

SAVIANI, D. *et al.* **O legado educacional do “longo século XX” no Brasil**. São Paulo: Autores associados, 2006.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 36. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 2003.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SHIROMA, E. O. *et al.* **Política Educacional**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, A. M. P. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: Questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravizado. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 4, p.145-166, 2002.

SILVA M. O. S. **Pesquisa Avaliativa**: Aspectos Teóricos Metodológicos. 2. ed. São Paulo: Veras, 2013.

SOARES. M. Letramento e Alfabetização: As muitas Facetas. **Revista brasileira de educação**, n. 25, p. 5-17, 2003.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, M. A. V. F.; SAD, L. A.; THIENGO, E. R. (Org.). **Aprendizagem em diferentes perspectivas**: uma introdução. Espírito Santos: Ifes, 2015.

TODOS pela educação. **Quem somos**. São Paulo: Todos pela educação, [2024]. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: 4 de out. 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Pró-Reitoria de Graduação. **Prática docente universitária e a construção coletiva de conhecimentos**: possibilidades de

transformações no processo ensino-aprendizagem: Universidade De São Paulo, 2009.

VALDEVINO, F.; SILVA, A. F. Antecedentes das políticas de accountability educacional no ceará: da reforma gerencial da gestão pública à reforma educacional. *In*: VIDAL, E. M.; COSTA, A. G. (Org.). **Responsabilidade Educacional no Ceará**: trajetórias e evidências. Brasília: Anpae, 2021. p. 1-261.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

VIDAL, D. G. Tecendo História e recriando memória da escola primária e da infância no Brasil: Os grupos escolares em foco. *In*: VIDAL, D. G. (Org.) **Grupos escolares**: Cultura escolar e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). São Paulo: Mercado de letras, 2006.

VIDAL, E. M.; COSTA A. G. (Org.). **Responsabilização Educacional do Ceará**: Trajetória e evidências. Brasília: ANPAE, 2021.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Rio Grande do Sul: Penso, 2016.

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Prezado (a),**

O (a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **PROGRAMA APRENDER MAIS: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO NA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**. Esta pesquisa está sendo desenvolvida por **Idelzulene Pereira Barros**, mestranda em Avaliação de Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Ceará, sob a orientação da profa. Dra. Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra.

O objetivo da pesquisa é **analisar o Programa Aprender Mais como uma política de educação do município de Fortaleza** levando em consideração as práticas pedagógicas pressupostas em sua constituição na perspectiva do ensino. Para tanto, solicitamos a sua colaboração para responder este questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos de natureza científica e pedagógica, assim como, publicação em revista científica. Ressaltamos que manteremos sigilo do seu nome durante o trabalho de pesquisa, apresentação dos dados e publicações. Informamos ainda que esta pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde ou irá difamar sua imagem.

Esclareço que a qualquer momento o(a) senhor(a) poderá se recusar a continuar participando da pesquisa, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo, assegurando, assim, que nada será feito contra a sua vontade. Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar, deve preencher e assinar este Termo de Consentimento Livre Esclarecido que depois de assinado, a primeira via será entregue à V.Sa. e a segunda via ficará com a pesquisadora.

Outrossim, coloco-me à sua inteira disposição para prestar qualquer esclarecimento sobre a pesquisa, em qualquer etapa da mesma pelo telefone: (85) e no endereço:

Fortaleza – Ceará , \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Participante da pesquisa:

**Nome completo:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Pesquisadora:** Idelzulene Pereira Barros

## APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO COM OS PROFESSORES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS (PROFISSIONAL)**  
**MESTRANDA IDELZULENE PEREIRA BARROS**  
**Título: PROGRAMA APRENDER MAIS: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO NA**  
**MELHORIA DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO**  
**FUNDAMENTAL**

Este questionário destina-se a analisar a contribuição do Programa Aprender Mais nesta Unidade Escolar nas turmas de 1º e 2º anos. Para adquirir essas informações solicito a colaboração de professores e monitores das turmas supracitadas.

### QUESTIONÁRIO

Função:

1º A ( ) Professor    B ( ) Monitor

2º Idade:

- A ( ) até 24 anos
- B ( ) de 25 a 29 anos
- C ( ) de 30 a 39 anos
- D ( ) de 40 a 50 anos
- E ( ) de 50 ou mais

3º Qual o nível de escolaridade?

- A ( ) ensino médio
- B ( ) superior pedagogia
- C ( ) superior outro curso Qual? \_\_\_\_\_
- D ( ) pós graduado

4º Há quantos anos ministra aulas para crianças das séries iniciais?

- A ( ) menos de 1 ano
- B ( ) de 1 a 2 anos
- C ( ) de 3 a 5 anos
- D ( ) de 6 a 9 anos
- E ( ) mais de 9 anos

5º Qual é a sua situação trabalhista nesta escola?

- A ( ) estatutária  
B ( ) prestador de serviço contrato temporário  
C ( ) voluntário do programa  
D ( ) CLT

6º Participou de alguma atividade de formação, treinamento, capacitação neste ano?  
Quantas?

- A ( ) sim 1  
B ( ) não

7º Você tem formação continuada?

- A ( ) sim  
B ( ) não

8º Você utiliza os conhecimentos adquiridos nas atividades de formação na sua prática em sala de aula?

- A ( ) sim      B ( ) não

9º Você tem orientação da escola de como desenvolver seu trabalho em sala de aula? Caso seja sim. justifique

- A ( ) sim \_\_\_\_\_  
B ( ) não

11º Conhece os documentos que orientam a sua prática pedagógica?

- 11º( ) sim \_\_\_\_\_  
B ( ) não

11º Tem horário e dias de planejamento das atividades pedagógicas?

- A ( ) sim  
B ( ) não

12º Caso sua resposta seja não, em que momentos planejam?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

13º Você acredita que o programa contribui para a aprendizagem do aluno?

- A ( ) sim
- B ( ) não

14º Caso sua resposta seja sim, como constatou o avanço?

---

---

---

---

---

15º Na sua opinião qual a fragilidade do programa?

---

---

---

---

---

E qual a importância dele para a escola?

---

---

---

16º Você gostaria de falar algo mais sobre o programa?

- ( ) Não
- ( ) sim

---

---

---

A aluna agradece a sua contribuição nessa pesquisa.

Fortaleza – CE, 04 de março de 2024

**APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA OS MONITORES**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS (PROFISSIONAL)**  
**MESTRANDA IDELZULENE PEREIRA BARROS**  
**Título: PROGRAMA APRENDER MAIS: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO NA**  
**MELHORIA DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO**  
**FUNDAMENTAL**

Este questionário destina-se a analisar a contribuição do Programa Aprender Mais nesta Unidade Escolar nas turmas de 1º e 2º anos. Para adquirir essas informações solicito a colaboração de professores e monitores das turmas supracitadas.

**QUESTIONÁRIO**

Função:

1º A ( ) Professor    B ( ) Monitor

2º Idade:

- A ( ) até 24 anos
- B ( ) de 25 a 29 anos
- C ( ) de 30 a 39 anos
- D ( ) de 40 a 50 anos
- E ( ) de 50 ou mais

3º Qual o nível de escolaridade?

- A ( ) ensino médio
- B ( ) superior pedagogia
- C ( ) superior outro curso Qual? \_\_\_\_\_
- D ( ) pós graduado

4º Há quantos anos ministra aulas para crianças das séries iniciais?

- A ( ) menos de 1 ano
- B ( ) de 1 a 2 anos
- C ( ) de 3 a 5 anos
- D ( ) de 6 a 9 anos
- E ( ) mais de 9 anos

5º Qual é a sua situação trabalhista nesta escola?

- A ( ) estatutária
- B ( ) prestador de serviço contrato temporário
- C ( ) voluntário do programa
- D ( ) CLT

6º Participou de alguma atividade de formação, treinamento, capacitação neste ano? Quantas?

- A ( ) sim
- B ( ) não

7º Você tem formação continuada?

- A ( ) sim
- B ( ) não

8º Você utiliza os conhecimentos adquiridos nas atividades de formação na sua prática em sala de aula?

- A ( ) sim
- B ( ) não

9º Você tem orientação da escola de como desenvolver seu trabalho em sala de aula? Caso seja sim. justifique

- A ( ) sim
- B ( ) não

11º Conhece os documentos que orientam a sua prática pedagógica?

- 11º( ) sim
- B ( ) não

11º Tem horário e dias de planejamento das atividades pedagógicas?

- A ( ) sim
- B ( ) não

12º Caso sua resposta seja não, em que momentos planejam?

---

13º Você acredita que o programa contribui para a aprendizagem do aluno?

A ( ) sim

B ( ) não

14º Caso sua resposta seja sim, como constatou o avanço?

---

---

---

---

---

15º Na sua opinião qual a fragilidade do programa?

---

---

---

---

---

E qual a importância dele para a escola?

---

---

---

16º Você gostaria de falar algo mais sobre o programa?

( ) não

( ) sim

---

---

---

A aluna agradece a sua contribuição nessa pesquisa.

Fortaleza – CE, 04 de março de 2024

## ANEXO A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICA



### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICA

Pelo presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICA** que entre si celebram, de um lado a Secretaria Municipal da Educação, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 04.919.081/0001-89, localizada à Av. Desembargador Moreira, 2875, Dionísio Torres, Fortaleza - CE, representada por sua Secretária, **Antonia Dalila Saldanha de Freitas**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 205903390, SSP - CE, e CPF/MF nº 510.472.503-06, residente e domiciliada nesta capital, aqui denominada SME; e de outro lado o(a) pesquisador(a) **Idelzulene Pereira Barros da Silva**, aluno(a) do Programa de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), devidamente autorizado(a) pela Instituição de Estudo, consoante os termos do processo administrativo P444096/2023, o(a) qual pretende pesquisa acadêmica, intitulada: **“Programa Aprender mais: Uma análise da contribuição na melhoria da aprendizagem de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.”** – fica estabelecido:

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A Secretaria Municipal da Educação autoriza o(a) pesquisador(a) a realizar a coleta de dados, nas Unidades Escolares: EM José Carlos Matos.

**CLÁUSULA SEGUNDA.** A produção/reprodução/veiculação de fotos e/ou vídeos do contexto escolar somente poderá ser realizada mediante termo de autorização assinado pelo envolvido e, no caso de criança e adolescente, pelo responsável legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** O(a) pesquisador(a) deve apresentar ao (à) professor (a) regente seus planejamentos das atividades a serem desenvolvidas com a (s) criança (s) durante o seu trabalho acadêmico, se for o caso.

**CLÁUSULA QUARTA.** Os trabalhos desenvolvidos nas instituições municipais de ensino devem ser entregues no protocolo da SME para conhecimento dos resultados e estudos elaborados, objetivando o aprimoramento das ações pedagógicas, se for o caso.

**CLÁUSULA QUINTA.** A SME não fornecerá nenhum material, sendo de responsabilidade



### **Educação**

o(a) pesquisador(a) adquiri-lo por conta própria.

**CLÁUSULA SEXTA.** A autorização para ingressar na instituição é exclusiva para o(a) pesquisador(a), sendo vedado o acesso a terceiros.

**CLÁUSULA SÉTIMA.** O(a) pesquisador(a) deve respeitar todas as normas da instituição de ensino e as diretrizes da direção da unidade.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA.** O(a) pesquisador(a) deverá estar vestido adequadamente, e usar de tratamento respeitoso com os funcionários e alunos das unidades escolares.

**CLÁUSULA OITAVA.** O descumprimento de qualquer cláusula deste instrumento por parte do aluno acarretará a rescisão imediata deste termo de autorização de pesquisa acadêmica, sem a necessidade de comunicação prévia.

**CLÁUSULA NONA.** É competente para dirimir qualquer litígio resultante deste Termo o foro de Fortaleza, com prévia renúncia de ambas as partes a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim, justos e compromissados, lavram, datam e assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus devidos e legais efeitos.

Fortaleza-CE, data da última assinatura digital.

**Antonia Dalila Saldanha de Freitas**  
Secretária Municipal de Educação

**Germânia Kelly Ferreira de Medeiros**  
Coordenadora da Academia do Professor

**Idelzulene Pereira Barros da Silva**

CPF nº 567.626.313-04

